

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
DEPARTAMENTO DE LÍNGUA E LITERATURA VERNÁCULAS
CURSO DE LETRAS-LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA

GREGÓRIO BEMBUA KAMBUNDO TCHITUTUMIA

**ENSINO DE LÍNGUAS NO SUL DE ANGOLA: A ESFERA EDUCACIONAL EM
BENGUELA**

FLORIANÓPOLIS-SC/BRASIL
2022

ENSINO DE LÍNGUAS NO SUL DE ANGOLA: A ESFERA EDUCACIONAL EM BENGUELA

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Letras-Língua Portuguesa e Literatura do Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Letras-Língua Portuguesa e Literatura da Língua Portuguesa.

Orientador(a): Profª Drª. Cristine G. Severo

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Tchitutumia, Gregório

ENSINO DE LÍNGUAS NO SUL DE ANGOLA: A ESFERA
EDUCACIONAL EM BENGUELA / Gregório Tchitutumia ;
orientador, Cristine Severo, 2022.

57 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Comunicação e Expressão, Graduação em Letras Português,
Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Letras Português. 2. Trabalho de conclusão do curso.
I. Severo, Cristine . II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Letras Português. III. Título.



Ministério da Educação
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Comunicação de Expressão
Curso de Graduação em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa

ATA DA SESSÃO DE DEFESA PÚBLICA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ata da sessão de defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do(a) estudante Gregório Bembua Kambundo Tchitutumia, realizada no dia 21 de novembro de 2022, às 14 horas, por webconferência.

1 Aos vinte e um dias de novembro de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas, por
2 webconferência, reuniram-se a Banca Examinadora, designada pela Portaria n.º
3 27/2022/CGLLP/CCE, de 17 de novembro de 2022, constituída pelos(as) membros: Cristine
4 Gorski Severo, orientador(a) e presidente da sessão, Ezequiel Pedro José Bernardo, membro
5 titular, Nsimba José, membro titular, e Carla Regina Martins Paza, suplente; e o(a)
6 acadêmico(a) Gregório Bembua Kambundo Tchitutumia, regularmente matriculado(a) nesta
7 instituição, sob o número 19250692, no curso de Graduação em Letras – Língua Portuguesa
8 e Literaturas de Língua Portuguesa, para a realização da defesa pública do Trabalho de
9 Conclusão de Curso (TCC) intitulado “ENSINO DE LÍNGUAS NO SUL DE ANGOLA: A ESFERA
10 EDUCACIONAL EM BENGUELA”. Aberta a sessão, coube ao(à) acadêmico(a) apresentar seu
11 trabalho e, em seguida procedeu-se à arguição e à avaliação, feitas nos termos do
12 regulamento do TCC do curso. Concluída essa etapa, a Banca Examinadora deliberou e
13 decidiu pela **APROVAÇÃO** do trabalho do(a) acadêmico(a), conferindo-lhe nota final **de 9.5**
14 **(nove e meio)**. O(a) acadêmico(a) foi notificado(a) que deverá realizar a submissão da versão
15 final do TCC, com as modificações sugeridas pela banca, no Repositório Institucional da
16 UFSC, conforme a Resolução Normativa n.º 126/2019/CUn, de 28 de maio de 2019, e as
17 orientações do manual de submissão da Biblioteca Universitária, em até 30 (trinta) dias após
18 a defesa. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada, sendo lavrada a presente ata,
19 que segue assinada pelos membros da banca examinadora e pelo(a) acadêmico(a).
20 Florianópolis, 21 de novembro de 2022.



Ministério da Educação
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Comunicação de Expressão
Curso de Graduação em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa



Documento assinado digitalmente
Cristine Gorski Severo
Data: 21/11/2022 16:03:51-0300
CPF: ***.420.129-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Cristine Gorski Severo
Presidente e orientador(a)

Ezequiel Pedro José Bernardo
Membro titular



Documento assinado digitalmente
Nsimba Jose
Data: 06/01/2023 18:11:59-0300
CPF: ***.668.199-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Nsimba José
Membro titular



Documento assinado digitalmente
Carla Regina Martins Paza
Data: 17/11/2022 15:38:08-0300
CPF: ***.750.099-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Carla Regina Martins Paza
Suplente



Documento assinado digitalmente
Gregorio Bembua Kambundo Tchitutumia
Data: 21/11/2022 16:21:01-0300
CPF: ***.696.951-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

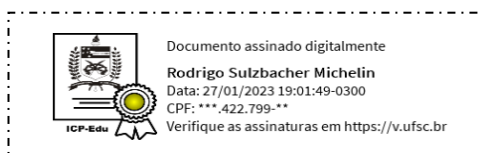
Gregório Bembua Kambundo Tchitutumia
Acadêmico(a)

GREGÓRIO BEMBUA KAMBUNDO TCHITUTUMIA

ENSINO DE LÍNGUAS NO SUL DE ANGOLA: A ESFERA EDUCACIONAL EM
BENGUELA

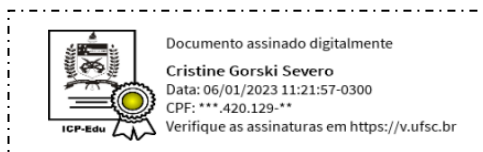
Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título
de Bacharel em Letras-Língua Portuguesa e Literatura e aprovado em sua forma
final pelo Curso Letras-Língua Portuguesa e Literatura

Local Florianópolis, 21 de novembro de 2022



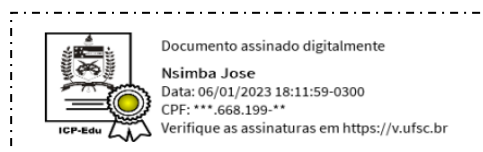
Coordenação do Curso

Banca examinadora



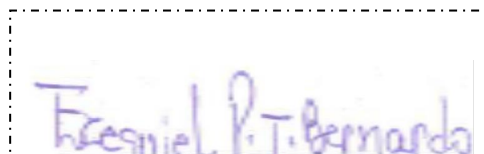
Prof.(a) Cristine Severo Dr.(a)

Orientador(a) (UFSC)



Prof.(a) Nsimba José Dr.(a)

Instituição (UAN-Luanda/Angola)



Prof.(a) Ezequiel Bernardo Dr.(a)

Instituição (ISCED-Cabinda/Angola)

Florianópolis, 2022

AGRADECIMENTOS

O meu profundo agradecimento, direciono primeiramente a Deus pela sua graça inefável e o seu dom gratuito de vida, que nos permite viver para sentirmos o sabor das nossas conquistas, apesar das nossas fraquezas que muitas vezes tentam nos fazer desistir. E aos meus pais por terem me nascido; à professora Cristine Severo que me proporcionou todo seu apoio na realização deste trabalho me deixando mais confiante nessa caminhada acadêmica. Direciono também aos meus amigos e amigas que sempre me incentivaram para continuar com os estudos na ausência dos meus progenitores e aos demais professores que me instruíram de forma didática pedagógica e científica, colaborando no desenvolvimento da minha proficiência científica-acadêmica e, muito especialmente a minha querida tia que sempre me apoiou com pouco de recurso financeiro que tinha, para que eu pudesse me formar. Serei eternamente grato por vocês existirem e fazerem parte deste meu trajeto e conquista. Obrigado por acreditarem em mim. Como diz um ditado em umbundu: “Ukwene nda wa kwimbila ombunje momo wa ku mwilã lokuyakela”. Tradução: Quem te passa a bola é porque sabe que você é capaz de agarrá-la. Sentido: Se alguém te apoiar no que precisas é porque confia nas tuas capacidades e tem esperança em ti.

Ndapandula calwa!

Muito obrigado!

Resumo

Levando em consideração o processo de ensino da língua nacional em Benguela/Angola e a relação entre o português com a língua umbundu, nos propusemos a: (i) pesquisar a valorização étnico-linguística da língua nacional umbundu em Angola, com vistas a compreender como é visto e valorizado o processo de ensino-aprendizagem dessa língua materna angolana como a primeira língua (L1), com relação à língua portuguesa como segunda língua (L2) e oficial Angola, em específico, na província de Benguela no período do letramento escolar, ou seja, quando há o ensino do português escrito, concorrendo com a língua nacional; (ii) observar as práticas linguísticas no seio familiar e as implicações do papel preponderante da LP na escola, o conhecimento da língua pelos professores, e o contexto sócio-histórico subjacente à existência dessa língua nacional na província de Benguela. Para tanto, o trabalho envolveu: revisão bibliográfica, que serviu como embasamento teórico sobre o ensino de línguas nacionais como meio de ensino no contexto de Benguela/Angola, bem como de contextualização histórica dessa língua na região sul de Angola; análise documental da legislação que versa sobre o sistema de ensino; breve análise de material didático e pesquisa de campo, com coleta de dados informativos junto a professores das escolas do ensino primário, pais e encarregados de educação, por meio de contato prévio via whatsapp e do preenchimento de formulário feito pelo google forms. Buscou-se compreender o processo de valorização e de implementação do ensino da língua materna no seio familiar e nas instituições escolares da província. Essa pesquisa se justifica, pois o ensino de línguas maternas africanas no contexto de Angola tem sido uma tarefa difícil de ser implementada por motivos de preconceitos linguísticos oriundos desde a época colonial e que se desenvolveram até aos dias atuais. A pesquisa contribui na esfera educacional angolana de promoção do ensino de línguas nacionais nas escolas, ecoando orientações internacionais (UNESCO, 2010) de incentivo ao ensino em língua materna como política de valorização e de inclusão de crianças na educação básica. Além disso, este trabalho também se justifica devido ao umbundu ser a minha língua materna.

Palavras-chaves: Ensino de línguas; valorização linguística; língua nacional; língua estrangeira.

Abstract

Taking into account the process of teaching the national language in Benguela/Angola and the relationship between Portuguese and the Umbundu language, we set out to: (i) research the ethnic-linguistic valorization of the Umbundu national language in Angola, with a view to understanding how The teaching-learning process of this Angolan mother tongue as the first language (L1) is seen and valued, in relation to Portuguese as a second language (L2) and official in southern Angola, specifically in the province of Benguela in the period of school literacy, that is, when written Portuguese is taught, competing with the national language; (ii) to analyze the linguistic practices within the family, the preponderant role of PL in the school,

the knowledge of the language by the teachers, and the socio-historical context underlying the existence of this national language in the province of Benguela. Therefore, the research process involved: bibliographic review, which served as a theoretical basis on the teaching of national languages in the context of Benguela/Angola, as well as the historical contextualization of this language in the southern region of Angola; documentary analysis of the main legislation that deals with the teaching and valorization of national languages and education in general; brief analysis of teaching material and field research, with collection of informative data from primary school teachers, parents and guardians, through prior contact via whatsapp and filling out a form made by google forms. We sought to understand the process of valuing and implementing the teaching of the mother tongue within the family and in school institutions in the province. This research is justified, as the teaching of African mother tongues in the context of Angola has been a difficult task to implement due to linguistic prejudices from colonial times and which have developed to the present day. The research contributes to the great commitment of the Angolan educational sphere to promote language teaching in schools, echoing international guidelines (UNESCO, 2010) to encourage teaching in the mother tongue as a policy for valuing and including children in basic education. In addition, the research is justified because Umbundu is the student's mother tongue.

Keywords: Language teaching; linguistic appreciation; national language; tongue foreign.

Lombolokilo

Oku kwambata oginla lyelongiso lyumbundu kwenda lyeputu, vasetikiko lyahe, mofeka Vombaka/Lyongola, twaykapa okupopya: (i) okusandiliya kwokufetika kukulihiso, wa tyamela kondando yocitumbulukila celimi lyumbundu lyofeka yongola. Ocimaho okukuliha ndomo elilongiso lyelimi lyutila vongola ndelimi lyatete (L1), lokusokisa lelimi lyoputu (L2), kombwelo yongola, vocitunda Combaka. Tu vanja o tembo yokulilongisa okusoneha vocitumalo celilongiso, ale pamwe, eci peli okulilongisa konepa yokusoneha velimi lyoputu, elimi lyatumbikiwa vongola, lyendela pamwamwe lelimi lyetu. Omo lyaco, ocisoneha eci: cilekisa otembo tukasi kelilongiso vimbo lyanoliwa oco tutange, lokuvanja lonjanga kovityapa vvasonehiwa ale; citunga lonjanga okusandiliya volokololo alongisi, ovitunda lolo tate vamwe oco vakumbulule apulilo amwe okulinga akwi la kwāla kapulilo; (ii) visokisa olonjila vivali vyelilongiso kalima atete. Longila eyi, tupa okulomboloka ovitamiso lovitangi vyokunena elilongiso lyumbundu kovitumalo vyelilongiso kombaka. Okutanga civanja ndomo elimi lisokupopiwa vapata, okupisa kwevi olotate vipopya. Elongiso eli lisanga omangu ndomo okulongisa alimi ofeka yetu catilã, momo valwa vakwete ovitangi omo lyacikolonha kaputu, vasima okuti okupopya alimi etu aciwa ko omo lyomanu vayolayola kolotembo vyokalye. Omo lyaco, tuci okuti, upange ulo weca ongusu konepa yelilongiso vofeka yo NGOLA, okweca olonjila kolofeka vyokosamwa (UNESCO, 2010) cokupamisa elilongiso lyelimi lyutila ndonjila politica cokweca ondando loku iñisa omalã velilongiso lyutila.

Olondaka-kesapi: elilongiso lyelimi lyutila vongola; okutava elimi; elimi lyofeka; elimi lyeputu.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de Angola com destaque a província de Benguela, 12

Figura 2 – Mapa de Benguela e seus municípios, 15

Figura 3 – Formatação das notas de rodapé, 15

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Alfabeto fonético em umbundu (Ovisonehua lyolimi lyumbundu), 17

Tabela 2 – Instituições escolares de Benguela, 22

Tabela 3 – Os 11 participantes, 24

Tabela 4 - Fase pré-escolar, 33

Tabela 5 - Fase da 1ª a 4ª Classe, 34

Tabela 6 - Fase da 5ª a 6ª Classe, 34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LP Língua Portuguesa

LU Língua Umbundu

L1 Primeira Língua

L2 Segunda Língua

P1 Primeiro Participante

INE Instituto Nacional de Estatística

PIELA Projeto Inovação no Ensino da Leitura em Angola

ISCED Línguas e Literaturas Africanas do Instituto Superior de Ciências da Educação

DLLA Departamento de Línguas e Literaturas Angolanas

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO, JUSTIFICATIVA E CONTEXTUALIZAÇÃO.....	10
1.1 Benguela: contextualização geográfica e histórica.....	15
1.2 A sistematização linguística do umbundu	17
2. OBJETIVOS.....	22
2.1 Objetivos gerais.....	22
2.2 Objetivos específicos.....	22
3. MATERIAIS E MÉTODOS.....	23
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	29
4.1 A valorização étnico-linguística	31
4.2 Práticas linguísticas no seio familiar	33
4.3 Supremacia da presença da LP na escola	35
4.4 Conhecimento da língua pelos professores	37
4.5 Motivos que levam os professores ao não uso do Umbundu no contexto escolar.....	40
4.6 Mapa do plano de estudo do ensino primário	40
4.7 Sobre os materiais didáticos	45
4.8 Discussão	46
5. CONCLUSÃO.....	49
REFERÊNCIAS.....	52

1 INTRODUÇÃO, JUSTIFICATIVA E CONTEXTUALIZAÇÃO

A escolha por este tema de pesquisa localizado na província de Benguela, em Angola, se dá porque minha história se vincula a essa região: nasci na cidade do Lobito, município pertencente à província de Benguela, falo duas línguas, o português como língua oficial do meu país e a língua umbundu como língua materna. Meus pais falam fluentemente umbundu, sendo que falam o português com muita dificuldade; eles nasceram na província do Bié, localizada na região central do país, onde cresceram até a sua juventude e, após isso, migraram para província de Benguela/Lobito. Cresci em um contexto multilíngue, país onde existem vários grupos etnolinguísticos, onde cada povo pertence a uma comunidade linguística, com diferentes línguas nacionais e suas variantes, ligadas às suas culturas, além da língua predominante e oficial que é a portuguesa. Estudei em uma escola em que o ensino era ministrado apenas em língua portuguesa, as pessoas se comunicavam apenas em língua portuguesa, e era óbvio a presença do preconceito linguístico com as pessoas que de alguma maneira tentavam se comunicar em língua nacional da sua etnia no ambiente escolar. Não havia/há ensino em língua nacional na província que seja institucionalizado. As línguas faladas no local onde vivi são a língua portuguesa e a língua umbundu, porém, existiam pessoas de outras regiões que moravam na localidade, que falavam outras línguas nacionais da sua região de origem, para além do português, mas esse caso era raro de se ver.

Este trabalho aborda a presença (ou não) da língua umbundu no sistema educacional da província de Benguela. Para tanto, nesta introdução, apresentamos a questão do ensino linguístico em Angola e atentamos para as políticas linguísticas do país. Além disso, contextualizamos a região de Benguela geográfica e historicamente. O ensino de língua nacional em Benguela ainda é um processo que precisa ser totalmente valorizado nas convivências sociais comunicativas, estabelecido e institucionalizado no sistema curricular de ensino a nível da província (SITA 2019). O uso preponderante dessa língua se localiza em famílias das zonas

rurais, que a têm como veículo principal no seu meio de comunicação do dia-a-dia. Apenas algumas instituições do ensino básico/fundamental situadas nas zonas rurais (zonas chamadas também de *kimbu* na língua umbundu pelos moradores locais, que significa “no interior” ou zona rural) permitem que os professores que dominam a língua umbundu a utilizem como meio de ensino para explicar melhor os conteúdos complexos em língua portuguesa aos alunos com dificuldades de comunicação em língua portuguesa. Isso acontece somente em algumas situações no decorrer da ministração das aulas e em comunidades onde a língua portuguesa é de menor prestígio, mas este é um caso raríssimo e deve ser valorizado. Nossa pesquisa visa compreender essa situação linguístico-educacional e contribuir para o incentivo de uso da língua umbundu no contexto escolar, em atenção às orientações da UNESCO (2010) e da própria constituição angolana que prevê no artigo 19 a valorização e o ensino das línguas nacionais.

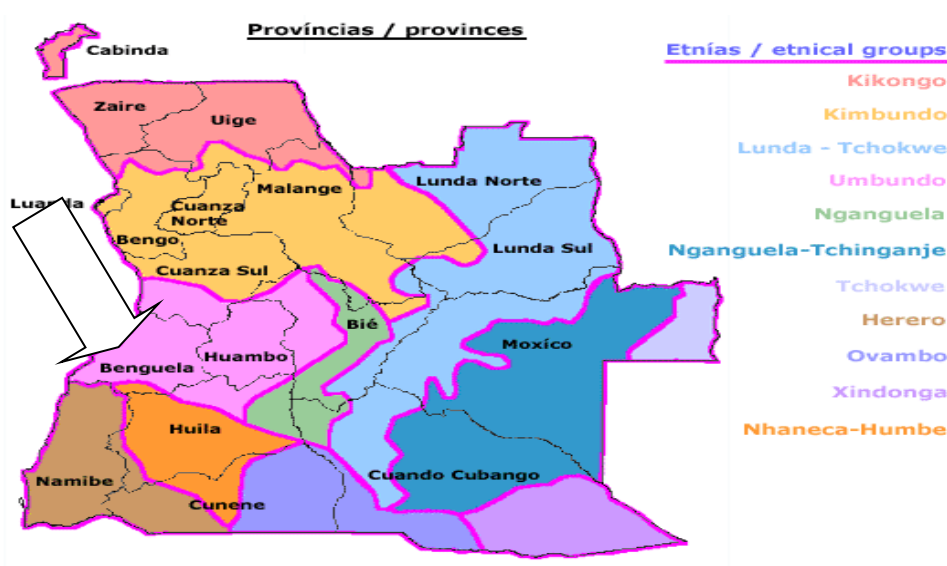
Nesse contexto, os professores do ensino básico/fundamental que não dominam a língua materna (L1) dos seus alunos encontram muitas dificuldades na ministração das suas aulas. E como consequência, muitos alunos acabam por desistir das escolas e preferem acompanhar os seus pais no campo de cultivo. Com isso, podemos considerar que a necessidade de institucionalizar a língua umbundu em Benguela, principalmente nas zonas rurais, é de carácter emergencial, para que a educação nesta província seja inclusiva por meio da língua. A esse respeito, importante mencionar o posicionamento da UNESCO em defesa do ensino em língua materna, valorizando o multilinguismo africano como recurso simbólico, identitário e social relevante, conforme a apresentação do documento *Why and how Africa should invest in African languages and multilingual education* (2010):

A força motriz deste documento é um interesse renovado em lidar de forma criativa e construtiva com o multilinguismo africano, e é motivado por duas razões principais. Em primeiro lugar, há provas suficientes (embora não reconhecidas por unanimidade) de que o multilinguismo é um trunfo para o desenvolvimento de uma nação. Em segundo lugar, a África precisa nutrir e maximizar esse traço característico para o bem-estar de seu povo, pois o continente sempre será desfavorecido, tendo abraçado as línguas estrangeiras, por mais enraizadas que estejam na paisagem linguística nacional. Esta questão tem sido recorrente na agenda política, cultural e educacional do continente.¹ (UNESCO, 2010, p. 12)

¹ “The driving force of this document is a renewed interest in dealing creatively and constructively with African multilingualism, and is motivated by two main reasons. First, there is enough evidence (though not unanimously

A problemática envolvendo o ensino de língua portuguesa em relação com a língua materna é notória não somente nesta província, mas em todas as 18 províncias de Angola, compostas por outras diferentes línguas nacionais, como: (i) kimbundu e suas variantes, falado nas províncias situadas na zona central do país, que são: Luanda, Bengo, Kwanza Norte, Kwanza Sul e Malanje; (ii) kikongo e suas variantes, falada na zona norte, nas províncias de Cabinda, Uije e Zaire; (ii) a língua cokwe e suas variantes, falada na zona Leste (nordeste a sudeste), conhecida pelas províncias de Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico e Kwandu Kuvangu, sendo considerado uma língua franca na zona norte. Além dessas províncias mencionadas, destacam-se também as províncias do Kunene, com a língua oshikwanyama, e a do Namibe e Huíla, com a língua olunyaneka e suas variantes. E por fim, apresenta-se a língua umbundu falada na zona do planalto central do país, nas províncias de Benguela, Huambo e Bié.

Mapa 1: Mapa de Angola com destaque a província de Benguela.



Fonte: Jornal Cultura/Soberano Kanyanga (2018) disponível em: [olhoensaios](https://olhoensaios.com.br/2018/07/04/angola-18-linguas-nacionais/). Acesso em: 04 jul. 2022.

recognised) that multilingualism is an asset to the development of a nation. Second, Africa needs to nurture and maximise this characteristic feature for the well-being of its people, as the continent will always be disadvantaged, having embraced foreign languages, no matter how rooted these are in the national linguistic landscape. This issue has been recurrent on the policy, cultural and education agenda of the continent.” Para maiores informações, ver: <https://uil.unesco.org/literacy/multilingual-research/why-and-how-africa-should-invest-african-languages-and-multilingual>. Acesso em 04 jul. 2022.

Em termos legislativos, para abordar a valorização e o ensino da língua nacional (umbundu) no sistema de ensino em Benguela, mencionamos a Lei de Bases do Sistema de Educação (ANGOLA, 2020), que afirma o dever do Estado como órgão competente para promover e assegurar as condições de ensino das línguas nas instituições escolares, estabelecida no Art. nº32 do Diário da República de Angola (2020), que prevê o papel da língua portuguesa como língua oficial do território nacional e a promoção das línguas nacionais nas instituições escolares. A Constituição de Angola, atualizada em 2020 prevê no seu Art. nº32 (Língua de Ensino) que:

1. O ensino deve ser ministrado em português.
2. O Estado promove e assegura as condições humanas, científico-técnica, materiais e financeiras, para a expansão e generalização da utilização no ensino, das demais línguas de Angola, bem como da linguagem gestual para os indivíduos com deficiência auditiva.

Cabe salientar que Angola, de forma geral, e Benguela, em específico, são contextos bi-multilíngues, em que as pessoas geralmente falam e compreendem mais de duas línguas, muitas vezes misturando essas línguas em suas práticas cotidianas. Essa complexidade linguística muitas vezes é contrastada com a insistência em usar um modelo monolíngue no contexto escolar, o que gera consequências para os processos de aprendizagem, a exemplo das altas taxas de desistência e reprovação. Sobre o desafio de se incluir línguas nacionais na esfera educacional, segundo Patatas e Quintas (2019, p. 15):

Angola é um país multilíngue, contudo, até 2008 o ensino formal em Angola era monolíngue, sendo a língua portuguesa a única língua do ensino e da administração. As línguas endógenas angolanas, tendo sido excluídas do ensino formal até então, são integradas paulatinamente no sistema de ensino, iniciando na primária, quatro anos após a paz nacional (estabelecida em 2002).

Em muitas instituições escolares de Benguela e no seio comunicativo da maioria dos familiares, é notório o desaparecimento da língua nacional. Observamos isso com o valor social atribuído ao umbundu, tida como a língua de menor prestígio com relação ao português, sendo cada vez mais descartada na interação comunicativa dos falantes. Por isso, essa pesquisa visa valorizar o papel

institucional do umbundu, tendo em conta a sua importância sociocultural na política educacional.

Para a realização dessa pesquisa, foi feito um levantamento de trabalhos já realizados sobre a educação em língua materna em Angola. Nossa pesquisa contribui para reforçar os poucos estudos realizados na região (rural) de Benguela. Estudos prévios reforçam, de forma geral, o caráter multilíngue de Angola. Bernardo (2017, p.1) ao referir-se sobre o contexto linguístico do país, destaca que:

Angola é um mosaico cultural complexo onde coabitam cerca de vinte línguas nacionais que o atribui características próprias de um país multilíngue. Para além do Português, há várias línguas africanas, com destaque as do grupo bantu, que circulam no território angolano. Dessas, as mais faladas são o Umbundu (22%), o Kikongo (8%), o Kimbundu (7%), o Cokwe (6%), o Nhaneka (3%), o Ngangela (3%), o Fiote (2%), o Kwanhama (2%), Muhumbi (2%), Luvale (1%) e outras línguas que representam (3%) (INE, 2014). Embora exista cerca de vinte línguas nacionais, o Português é a única língua oficial, de ensino e de uso nas diversas esferas da vida social, o que a leva a possuir (71%) de falantes, isto segundo os dados do último Censo Geral da População e da Habitação realizado em 2014.

Segundo os dados apresentados por Bernardo (2017), notamos que as línguas nacionais de Angola são majoritárias, porém pouco prestigiadas na comunicação social e no sistema de ensino a nível do país, com relação ao português. Neste sentido, podemos dizer que as línguas nacionais de Angola estão ainda em perigo de serem extintas no meio social, caso não haja um processo de resgate linguístico voltado à valorização das línguas nacionais. Sobre a complexidade geolinguística do país, tem-se que:

Em termos de uma geolinguística, podemos dizer que Angola está organizada em zonas de práticas que mesclam línguas bantu e o português. Assim, temos a seguinte configuração geral: Na zona norte, coberta pelas províncias de Cabinda, Uije e Zaire, prevalece a língua kikongo e suas variantes. Na zona central, recoberta pelas províncias de Luanda, Bengo, Kwanza Norte, Kwanza Sul e Malanje, prevalece a língua kimbundu e suas variantes. Já na zona centro-sul, chamada de planalto central, onde estão as províncias de Benguela, Huambo e Bié, predomina a língua umbundu e suas variantes. Na zona Leste (nordeste a sudeste), conhecida pelas províncias de Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico e Kwandu Kuvangu, predomina o cokwe, considerado uma língua franca. Além dessas zonas, registramos a região de Kunene, com o oshikwanyama, e a do Namibe e Huíla, com o olunyaneka e suas variantes. (SEVERO et al., 2019, p. 2).

Diferentemente desses trabalhos, a presente pesquisa teve como foco principal o ensino de línguas no centro-sul de Angola, concretamente no sistema educacional na província de Benguela. A seguir, passamos a abordar o contexto histórico e geográfico da pesquisa.

1.1 Benguela: contextualização geográfica e histórica

Benguela é a segunda maior cidade de Angola, após a capital Luanda. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE) (2018), a província conta com uma população de 623.777 habitantes e área territorial de 2.100 km². É limitada a norte pelo município da cidade portuária de Lobito, a Leste com os municípios de Bocoio e Caimbambo, a sul pelo município de Baía Farta, e a oeste pelo Oceano Atlântico. A província de Benguela é constituída pelos seguintes municípios: Baía Farta, Balombo, Benguela, Bocoio, Caimbambo, Catumbela, Chongoroi, Cubal, Ganda e Lobito.

No contexto religioso, cenário que também teve muito impacto nas questões da língua local, Benguela, Biê e Huambo eram as províncias dominadas pelos missionários protestantes no final do século XIX. Neste período, os missionários protestantes entraram em Angola a partir das províncias de língua umbundu e fizeram inúmeras conversões para o cristianismo daqueles que ainda seguiam as religiões locais. Batistas operavam no norte, metodistas nas regiões de língua kimbundu, e congregacionalistas em áreas de assentamento do povo Ovimbundu e no leste. Os protestantes foram especialmente eficazes na área de Ovimbundu (povo que fala umbundu), apesar dos esforços do governo colonial português que reforçaram e subsidiaram as atividades missionárias católicas, às vezes assediando os protestantes. Desde meados da década de 1950, as Igrejas Independentes Africanas, especialmente a Igreja Nosso Senhor Jesus Cristo no Mundo (Igreja Tocoísta), evangelizam a partir de bases localizadas principalmente na República Democrática do Congo. Na década de 1970, a igreja se opôs ao governo marxista de Angola e foi posteriormente banida brevemente no final da década de 1980 (THORNTON, 2021).

Em termos dos estudos linguísticos, precisamos entender que, “o problema da língua em Benguela está ligado e/ou relacionado com a história das migrações, o

cruzamento de grupos etnolinguísticos e a história de uma certa conflitualidade linguística (entre o Umbundu e o Português)” (MENEZES, 2015, p. 30). Nesta pesquisa nos interessam uma relação entre o ponto de vista sincrônico (a situação atual) e diacrônico (histórico)², atentando para uma compreensão sobre o que houve com a língua umbundu no decorrer da história. Isto é, indagamos sobre: qual língua Benguela fala? Que língua contribuiria para o reconhecimento de valores etnolinguísticos perdidos ao longo do tempo? Qual é a situação do ensino da língua nacional em Benguela em decorrência ao português com relação a esses valores? Para isso, vale salientar que Benguela é considerada uma província bilíngue ou multilíngue, por ter a língua portuguesa como oficial, conforme estabelecido em todo território nacional e língua umbundu como a primeira língua dos habitantes locais antes da invasão territorial pelos colonos, incluindo outras línguas faladas pelos migrantes de outras províncias vizinhas que se estabeleceram por lá, como: cokwé, kimbundu, nhaneka-humbi e outras.

Mapa 2: Mapa de Benguela e seus municípios.



Fonte: Conexão Emancipacionista (2011), disponível em: aurelioschmitt.benguela/angola. Acesso em 4 de jul de 2022.

² Sucintamente, do ponto de vista histórico, embora já tivesse recebido a presença portuguesa em 1482 no Cabo de Santa Maria (JOHN, 1981), foi somente a partir de 1578 que se deu a fixação portuguesa na região da província de Benguela, perto do atual Porto Amboim. A fixação portuguesa marcou o início da exploração da região sul de Angola (MENEZES, 2015).

Segundo Fernandes e Ntongo (2002) a língua umbundu é considerada uma das línguas mais centrais de Angola, falada amplamente no planalto central. Nos dados registrados no Recenseamento Geral da População e Habitação apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística de Angola, no dia 16 de Outubro de 2014, cerca de seis milhões de angolanos/os falam umbundu. A sua área de difusão engloba três províncias que são Viye (Biê), Wambu (Huambo) e Benguela (Benguela). A língua umbundu possui as seguintes variantes: ambwi, kacisanje, kakonda, lumbu, mbalundu, mwanya, ndombe, nganda, sambu, sele, sumbi, viye, cimuma e wuambu. Em Benguela, umbundu varia conforme a localidade de cada município, sendo que essa variação é marcada pelo processo fonológico de vários termos usados na língua, o que sinaliza, também, para o grupo etnolinguístico ao qual o falante pertence.

No contexto em que nos referimos aqui, podemos dizer que há também predominância de translinguagem (GARCÍA, 2009) em todo território provincial. A translinguagem se refere ao uso de duas ou mais línguas em simultâneo numa comunidade de fala, tornando as práticas linguísticas complexas. Segundo García (2009) e Lucena (2021), a definição do termo vai além do que apenas o uso de duas línguas diferentes, pois está relacionada às práticas dos sujeitos e não somente a elementos linguísticos isolados. Neste sentido, os falantes desenvolvem práticas linguísticas por meio de acesso aos diferentes recursos linguísticos e semióticos como forma de maximizar seu potencial comunicativo, aplicando o uso de uma série de recursos comunicacionais. Essa característica marca bastante o fenômeno linguístico em Benguela.

1.2 A sistematização linguística do umbundu

A questão da sistematização linguística das línguas nacionais é complexa e merece ser abordada com atenção, pois é um assunto que envolve a inscrição dessas línguas no sistema escolar. A sistematização não é neutra, pois inscreve representações de língua que remetem ao colonialismo e à missionarização. Por exemplo: por motivo de conflito religioso entre católicos e protestantes no período colonial, surgiu a separação na forma da escrita da língua umbundu. Aparentemente, o modo de escrita adotado pelos católicos parece extrapolar as

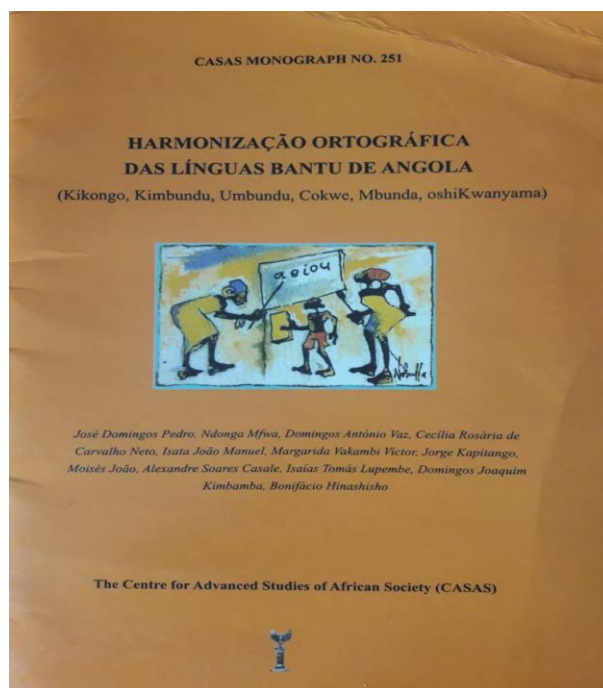
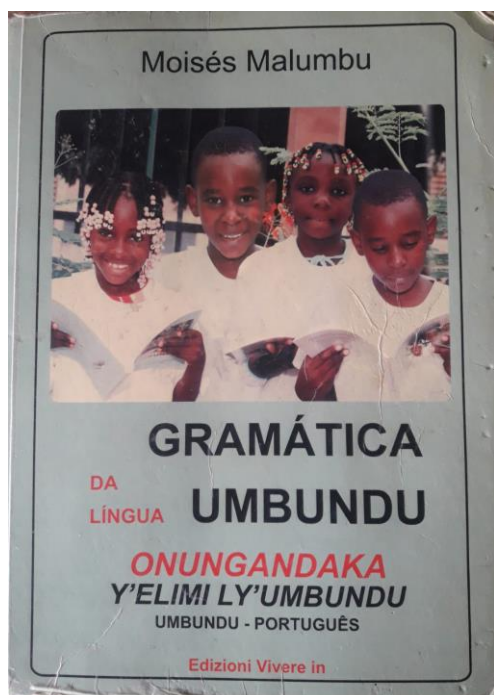
regras ortográficas de transcrição da língua umbundu. A título de exemplo, a frase em umbundu *eci kaciwako* (tradução: isso não está bom), que seria a maneira local de transcrição, na soletração ou pronúncia católica ficaria [*etchi katchiwako*] incluindo a consoante *t* e o *h* entre a consoante *c* e a vogal *i*. Neste sentido, conforme as palavras são pronunciadas, são descritas da mesma maneira segundo a ortografia adotada pelos católicos, diferente dos protestantes, que apresentam uma escrita mais próxima do modelo umbundu no ponto de vista etimológico (PEDRO, et al, 2011. grifos meus). Esse exemplo mostra como a questão ortográfica e a inclusão de sistemas de escritas em línguas orais não é algo neutro, mas deve ser contextualizado. Abaixo seguem alguns exemplares que abordam a respeito das regras de transcrição da língua umbundu e alguns materiais destinados a essa sistematização:

Alfabeto fonético em umbundu (Ovisonehwa vyelimi lyumbundu)

3

Letra	Valor fonético	Soletração ou pronúncia	Exemplo em umbundu	Significado em português
A	[a]	A	ame	eu
Mb	[mb]	Mbê	Ombela	Chuva
C	[c]	Tchê	Ocela	Eleição
Nd	[nd]	Ndê	Ondele	Espirito
E	[e]	E	Eka	Mão
F	[f]	Fê	Ofeka	País
Ñg	[ɲg]	Ngê	Ongombe	Boi
Ng	[ŋ]	Njê	Oñgoma	Batuque
H	[h]	Hê	Ohanga	Galinha-do-mato
I	[i]	I	Ilemba	Mulembeira
Nj	[nj]	Njê	Onjeke	Saco
K	[k]	Kê	Okulu	Perna
L	[l]	Lê	Ulima	Ano
M	[m]	Mê	Omoma	Jibóia
N	[n]	Nê	Ona	Piolho
Ny	[ny]	Nyê	Onyina	Mimo
O	[o]	O	Opeka	Planta
P	[p]	Pê	Osanji	Galinha
S	[s]	Sê	Osema	Farinha de milho
T	[t]	Tê	Utima	Coração
U	[u]	U	Usole	Molho
V	[v]	Vê	Uvala	Casamento
Y	[j]	Yê	Ukâyi	Mulher
W	[w]	Wê	Owima	azar

³ Link de acesso: <https://ms-my.facebook.com/102925738109799/photos/sum%C3%A1rio-alfabeto-da-l%C3%ADngua-umbundu-as-vogais-orais-e-nasais-as-consoantes-simple/107322617670111/>



Além disso, destaca-se também a Resolução nº 3/ 87 de 23 de Maio de 1987, documento assinado pelo ex-presidente da República José Eduardo dos Santos nesta mesma data, que trata sobre o experimento da harmonização dos alfabetos das línguas nacionais em Angola conforme descrito abaixo:

- **Resolução nº 3/ 87 de 23 de Maio**

Considerando que as Línguas Nacionais, suporte o veículo das heranças culturais, exigem um tratamento privilegiado, pois que constituem um dos fundamentos importantes da Identidade Cultural do povo Angolano;

Tornando-se necessário dar continuidade ao estudo científico das Línguas Nacionais, base para o seu desenvolvimento e garantia para a sua preservação e promoção;

Considerando a necessidade da uniformização da escrita em Línguas Nacionais;

Considerando que os alfabetos propostos pelo Instituto de Línguas Nacionais, resultantes das investigações efectuadas sobre os sistemas fonológicos das respectivas Línguas, assentando essencialmente sobre a equivalência:

Um símbolo gráfico para cada fonema, corresponde mais fielmente às realidades fonológicas das mesmas;

Considerando que pelas razões acima expostas, os referidos Alfabetos, possuindo um carácter prático, sem muitas regras de transcrição, possibilitarão aos falantes das Línguas em questão, um domínio mais rápido e eficaz das técnicas da escrita e leitura;

Considerando que o projecto experimental da Alfabetização em Línguas Nacionais está em vias de concretização.

Artigo 1º São aprovados a título experimental os Alfabetos das Línguas: «Kikongo», «Kimbundú», «Cokwé», «Umbundu», «Mbunda», e «Oxikwanyama» e as respectivas Regras de Transcrição, em anexo que fazem parte do presente diploma.

Artigo 2º As dúvidas suscitadas na interpretação e execução deste diploma, serão resolvidas por decreto executivo do Secretário de Estado da Cultura.

Como podemos observar na resolução proposta, houve ou há uma tentativa de uniformizar o alfabeto das línguas bantu de Angola, porém, a pesquisa realizada para o trabalho, na província de Benguela, mostra o contrário, no que concerne a esta uniformização linguística conforme será abordado mais abaixo nos resultados. E para nos aprofundarmos melhor a respeito desse assunto, é importante compreender o percurso histórico e social de Benguela no período colonial e pós-colonial. Períodos que condicionaram, ou até mesmo condicionam, a valorização do ensino das línguas nacionais, não só especificamente na província de Benguela, mas em todas as 18 províncias de Angola. Vimos que no contexto colonial, Angola é um país que sofreu o processo de colonização pelos portugueses. Partindo desse ponto de vista, considera-se que no período colonial as línguas foram utilizadas para fins de denominação dos diferentes povos e culturas nas Américas, África e Ásia (Makoni e Meinhof, 2004). Nesse processo de colonização, destacam-se as missões religiosas como instrumento principal usado pelos portugueses para catequizar e implementar suas ideologias linguísticas com o fim de reproduzir suas instituições políticas para dominação e conversão dos povos locais.

Não obstante, concordamos com a reflexão de Severo (2014), quando fala sobre o uso das técnicas linguísticas adotadas pelos portugueses para implementarem as suas ideologias linguísticas com objetivo de alienar ou extinguir as línguas dos povos nativos africanos. Baseando-se na ideia de Auxoux (2009) e Makoni e Meinhof (2004), a autora afirma que:

O interesse pelas línguas dos povos considerados nativos viabilizou e legitimou o uso de técnicas linguísticas coloniais que deixaram os seus efeitos em práticas pós-coloniais. Tais técnicas incluíram a produção de línguas consideradas gerias ou africanas através da sua nomeação e codificação a partir de um modelo linguístico e discursivo latino. (SEVERO, 2014, p. 12).

No ponto de vista pós-colonial, conseguimos observar que são notáveis os vestígios linguísticos deixados pelo colono na província de Benguela. As denominações ou nomes de cada município que integra o território provincial de Benguela foram aportuguesadas tanto a escrita como a pronúncia, no decorrer do período colonial. Por exemplo, o termo “Benguela” seria de origem umbundu de raiz original nos termos “venga” ou “mbenga”, do verbo “okuvenga” ou “okuvengela” que, em português, significa “sujar, turvar ou sujar-lhe”, significado associado à água do rio Catumbela; a sua escrita em umbundu seria “Mbegela”, que foi nome de um rei do primitivo reino de Benguela, que existiu de maneira independente até a véspera dos primeiros contatos com os portugueses, quando tornou-se vassalo. Um outro exemplo são os casos dos nomes dos municípios: Ndombe → Dombe; Nganda → Ganda (MENEZES, 2015). Os demais nomes de outros municípios também possuem origens e significados oriundos da língua umbundu, ou seja, estão ligados às profissões, aos contos, às entidades tradicionais, aos factos históricos, às circunstâncias, às épocas e às mortes.

Ainda segundo Menezes (2015), a questão das denominações relacionadas aos municípios de Benguela está ligada também ao estudo da “toponímia” que deixa bem marcado o emblema linguístico na província. Neste caso, a toponímia é definida como “estudo dos designativos geográficos em sua bipartição física (rios, córregos, ilhas, morros) e humana (aldeias, povoados, cidades, fazendas)” (DICK, 1992, p. 119). Esse estudo para o âmbito das políticas linguísticas é relevante, pois

possibilita resgatar os valores culturais “que se julgam perdidos” na nossa sociedade, e construir uma memória e identidade na sociedade. Ajuda na nomeação de novos espaços, não apenas por meio de significado histórico, mas também linguístico e com um elevado valor sociocultural, à semelhança de quem encontra um objeto soterrado e retira toda a poeira por reconhecer o seu singular valor (MENEZES, 2015, p. 27).

De um modo geral, as línguas locais foram alvo de nomeação e descrição no período colonial. Uma série de instrumentos linguísticos formalizaram essas línguas a partir de um modelo latino, transpondo-as da oralidade para a escrita (SEVERO, 2014). Estas nomeações tornaram-se bem potentes na província de Benguela, conforme os exemplos apontados acima.

Tendo feita essa breve explanação histórica e contextual de Benguela e Angola, com atenção para a situação linguística do país e a importância desta pesquisa, a seguir apresento os objetivos, método e discussão dos resultados.

2 OBJETIVOS

Objetivo Geral

- Reflectir sobre o processo de ensino da língua nacional em Benguela em concorrência com o ensino do português nos anos iniciais de escolaridade. Conhecer o processo de ensino da língua nacional em Benguela em concorrência com o ensino do português escrito no período do letramento escolar nos anos iniciais. Para tanto, perguntamos: como as escolas locais incluem (ou não) a língua umbundu na prática escolar?

Objetivos específicos

- Identificar os fatores que interferiram/interferem na implementação do ensino da língua nacional nas instituições escolares. Para tanto, perguntamos: Quais os fatores que interferem no uso efetivo da língua umbundu nas escolas analisadas?
- Averiguar em que medida as práticas linguísticas no seio familiar exige o repensar das políticas educativa-linguísticas na província de Benguela
- Analisar Conhecimento da língua pelos professores.
- identificar a presença ou não de texto em línguas nacionais nos materiais didáticos das 3ª e 4ª classe e da 5ª classe contribuindo na percepção das políticas educativa-linguística na elaboração desses materiais.

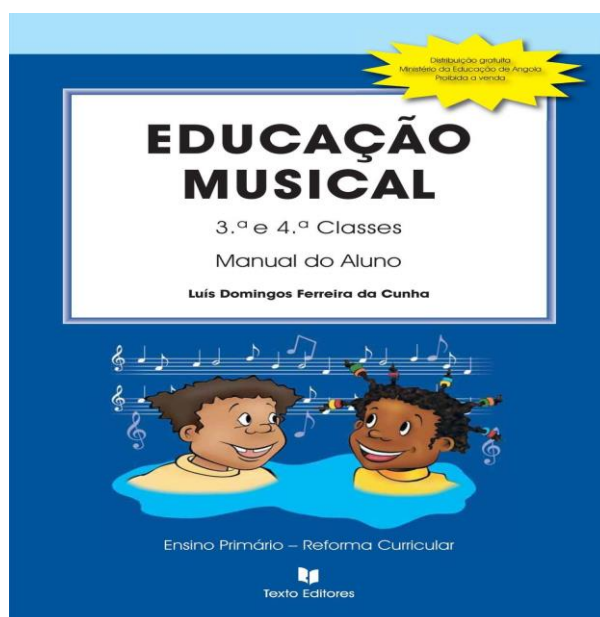
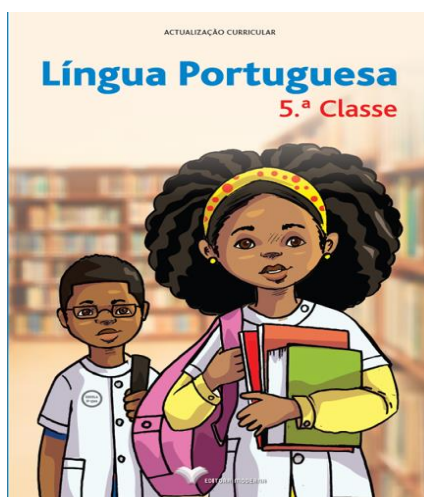
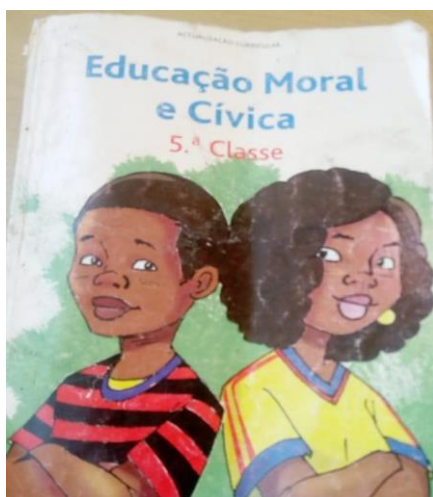
3 MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização desta pesquisa, adotamos quatro procedimentos: revisão bibliográfica, revisão documental, análise de três materiais didáticos e pequena pesquisa de campo.

A revisão bibliográfica envolveu alguns materiais acadêmicos que discutem o ensino de línguas nacionais no contexto educacional de Angola e de Benguela, já apresentados na introdução, atentando para os conceitos elaborados por alguns autores sobre o ensino de línguas em sociedades bilíngue ou multilíngue. Essa revisão também inclui um breve resgate histórico de Benguela, considerando a questão linguística. As referências bibliográficas adotadas foram: Fernandes e Ntondo (2002); Patatas e Quintas (2019); Severo, et al. (2014); Sita (2019) e Menezes (2015).

Além disso, alguns documentos referentes à situação linguística foram consultados, como a Constituição da República de Angola (ano) e a Lei de Base do Sistema de Educação e Ensino (2016), a Lei nº 32/20 de 7 de Outubro 2016, ARTIGO 16º (Língua e Ensino), sobre as línguas utilizadas no processo de ensino e aprendizagem nas escolas e o Projeto Inovação no Ensino da Leitura em Angola (P.I.E.L., Angola).

Os materiais didáticos analisados foram o livro de Língua Portuguesa da 5ª classe, o livro de Educação Moral e Cívica da 5ª classe e o livro de Educação Musical da 3ª e 4ª classe. Um dos livros foi adquirido pela internet e os outros dois foram fornecidos por uma professora do ensino primário da província de Benguela, que também foi uma das pessoas entrevistadas na realização da pesquisa. Abaixo seguem as imagens das referências:



Fonte: Própria e SEPE.gov.ao

E em seguida, fez-se coletas de dados informativos junto a professores das escolas do ensino primário de Benguela, por meio do preenchimento de formulário, respondendo algumas questões relacionadas ao tema da pesquisa. Além dos professores, foram incluídos também pais e encarregados de educação. Buscou-se, com isso, conhecer a implementação do ensino da língua materna nas cinco instituições escolares situadas nos diferentes municípios de Benguela, que compreendem:

Tabela 2 - Instituições escolares

Nomes das escolas	Localidade/Município
Escola Primária BG nº 2106	Alto Mbango 2 Antenas/Lobito
Escola primária-Yuvu de Benguela	Chongoroi/Benguela
Escola do Ensino Primário Kakombo-Babaera	Ganda/Benguela
Escola Primária BG-1003	Utomba/Benguela
Escola do Ensino Primário nº 1237	Cidade de Benguela

E, por fim, foram analisadas e documentadas as informações coletadas, fazendo um mapeamento dos dados, no intuito de propor sugestões para resolução dos problemas encontrados.

Sobre a etapa de pesquisa de campo, procuramos entrar em contato com professores, professoras e encarregados de educação, especificamente do ensino básico a partir do celular via aplicativo whatsapp. Tivemos o primeiro contato com a professora **AK 1**, da Escola Primária BG nº 2106 do Alto Mbango 2, Antenas do Lobito, que recebeu de bom grado a proposta da pesquisa, indicando outras e outros colegas de diferentes instituições que aderiram ao preenchimento do formulário. Ao todo, foram elaboradas 14 questões em um formulário feito pelo google forms, e enviadas aos professores e encarregados de educação na província de Benguela via whatsapp e email, que de uma forma generosa aceitaram participar na realização desta pesquisa. A intenção era exatamente coletar informações através de pessoas vinculadas a uma instituição de ensino na província de Benguela e a alguns encarregados de educação de uma família local.

Os participantes desta pesquisa incluem: 7 professores do ensino primário de diferentes escolas de Benguela que concluíram o preenchimento do formulário e 3 pais ou encarregados de educação de crianças que frequentam o 1º nível do ensino básico. Entre os 7 professores, apenas 1 não respondeu a quarta questão do formulário que trata do nome da instituição de ensino onde ele trabalha e o lugar/cidade onde a instituição está localizada, e 1 participante não preenchia os requisitos para participar da pesquisa (que seria: todos os participantes deveriam estar vinculados a uma instituição somente da província de Benguela). Além desses, realizamos também uma entrevista exclusiva com o professor diplomado **DNg 8** da Escola 7041 do ensino primário, no município do Bocoio província de

Benguela, que leciona por lá há mais de 9 anos, neste caso o total dos participantes foram 11.

Tabela 3 - Os 11 participantes estão brevemente descritos abaixo:

Participantes ⁴	Localização	Atuação	Outra informação relevante?
Participante 1	Escola localizada em zona urbana, de foco primário no Alto Mbango 2 Antenas do Lobito.	Professora das séries iniciais, da 5ª classe.	Graduanda em pedagogia e funcionária pública a mais de 4 anos.
Participante 2	Escola primária-Yuvu de Benguela município de Chongoroi.	Professor das séries iniciais, 3ª classe.	Formado em magistério primário.
Participante 3	Escola do Ensino Primário Kakombo-Babaera, município da Ganda.	Professor das séries iniciais, 2ª classe.	Formado em magistério primário.
Participante 4	Escola Primária BG-1003 do Utomba município de Benguela.	Professor das séries iniciais, 4ª classe.	Formado em magistério primário.
Participante 5	Escola do Ensino Primário nº 1237 cidade de Benguela.	Professor das séries iniciais, 4ª classe.	Formado em magistério primário.
Participante 6	Não informou.	Professor das séries iniciais, 5ª classe.	Formado em magistério primário.
Participante 7	Escola Primária nº177 Victor Sambovo/Cuquema- Cuito/Bié.	Professor das séries iniciais, 4ª classe.	Formado em magistério primário. Não pertence nas escolas de Benguela.
Participante 8	escola do ensino primário 7041 do município do Bocoio província de Benguela.	Professor das séries iniciais, 5ª classe.	Formado em magistério primário.
Participante 9	Benguela-Lobito	Pai ou encarregado de educação	Vendedora
Participante 10	Benguela-Lobito	Mãe ou encarregada de educação	Vendedora
Participante 11	Benguela-Lobito	Mãe ou encarregada de educação	Servidora pública na administração municipal do Lobito/Benguela

Ainda sobre o perfil dos onze participantes, 70% constitui professores do ensino primário, 30% constitui pai/mãe ou encarregado(a) de educação, conforme aparece no gráfico abaixo:

⁴ Por questão de sigilo, ocultamos os nomes das pessoas que integraram a pesquisa.

Sua titularidade

10 respostas

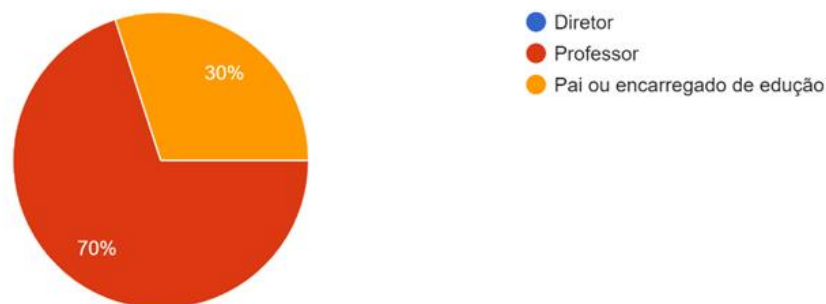


Figura 1 – resposta referente a questão sobre a titularidade dos participantes.

Para conscientizar e informar as pessoas que aceitaram a participar da pesquisa, as seguintes observações foram apresentadas através do termo de comprometimento da pesquisa:

Olá Prezado(a),

Eu, Gregório Bembua Kambundo Tchitutumia, estudante na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no Centro de Comunicação Expressão (CCE), curso de Letras-Língua Portuguesa e Literatura, gostaria de convidá-lo(a) para participar da pesquisa ENSINO DE LÍNGUAS NO SUL DE ANGOLA: A ESFERA EDUCACIONAL EM BENGUELA. Nosso objetivo é conhecer o processo de ensino da língua nacional em Benguela em concorrência com o ensino do português escrito no período do letramento/anos iniciais e identificar os fatores que interferiram/interferem na implementação do ensino da língua nacional nas instituições escolares. Acreditamos que os resultados contribuirão para que profissionais de educação em Angola possam valorizar e implementar de forma significativa o ensino da língua umbundu nas instituições escolares com intuito de resgatar os valores socioculturais por meio de ensino desta mesma língua.

Leia as informações a seguir antes de aceitar ou não participar desta pesquisa. Além de informações sociodemográficas (como idade, sexo...), o(a) Sr(a). Encontrará perguntas sobre sua instituição de ensino ou sobre a sua convivência familiar com os seus filhos (as) com relação à língua que tem sido usada com frequência entre vocês. Pedimos a gentileza de responder a todas as perguntas que lhe forem feitas, o que pode durar em torno de 10 minutos.

Caso queira participar, o(a) Sr(a). deverá ter 18 anos ou mais, saiba ler e escrever, ter sido professor(a) de uma instituição pública ou privada do ensino primário, ser pai ou encarregado de educação de um aluno (a) do ensino primário. Se quiser compartilhar a pesquisa com mais alguém que se enquadra no perfil requerido para esta pesquisa, será de bom grado para nós.

E por fim, lembre-se que sua participação na pesquisa é voluntária e não implica em nenhum compromisso financeiro entre o(a) Senhor(a), nossa equipe e a instituição responsável pela pesquisa

(Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC). Sinta-se completamente livre para não participar ou por optar, quando quiser, pelo encerramento de sua participação sem qualquer prejuízo. Os resultados da pesquisa possivelmente poderão ser publicados na forma de trabalhos científicos (artigos, livros etc.) e divulgados em linguagem acessível para a população.

Fique à vontade para entrar em contato com a nossa equipe de pesquisa para tirar dúvidas em qualquer momento. Contate-me como responsável pela pesquisa:

Nome: Gregório B.K. Tchitutumia

Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Endereço: R. Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n - Trindade, Florianópolis - SC, 88040-900

Telefone para contato: (85) 98993-3801 (whatsapp)

E-mail: tchitutumagregorio591@gmail.com

Agradecemos a atenção e sua valiosa colaboração!

O(A) Senhor(a) aceita participar desta pesquisa?

- Sim*
- Não*

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Gostaríamos de frisar que esta pesquisa foi feita, também, de forma qualitativa, tendo em conta as ideias subjetivas de cada participante sobre o tema em questão. Ou seja, seu resultado não mostra ideias, números concretos ou absolutos, e sim narrativas, ideias e experiências individuais dos participantes, que analisando, baseando-se em fatos reais, podem determinar a condição linguística da localidade em estudo. Segundo os métodos utilizados, conseguimos obter a resposta total de 11 informantes, juntando professores, pais e encarregados de educação. A participação dos professores, dos pais e encarregados de educação foi voluntária, estando todos conscientes das condições colocadas para realização da pesquisa.

Apresentamos, a seguir, as perguntas feitas aos entrevistados, cujas respostas serão analisadas no decorrer do capítulo:

Quanto às questões relacionadas ao tema principal da pesquisa, elaboramos as seguintes perguntas:

1. O(A) Senhor(a) aceita participar desta pesquisa?
2. Qual é o seu nome?
3. Sua titularidade?
4. Se a resposta for diretor ou professor, diga nome da sua instituição de ensino e o lugar/cidade onde está estabelecida?
5. Sobre o ensino de línguas: quais línguas têm sido ensinadas para os seus alunos/filhos(as) na escola?
6. Nas línguas listadas acima, quais você NÃO domina, nem a escrita e nem a fala?
7. Na escola onde trabalhas ou onde o teu filho(a) estuda, lecionam a língua umbundu?
8. Se não, saberias dizer os motivos por não lecionarem?
9. Descrever os motivos aqui.
10. No plano curricular da sua escola, apresenta o umbundu como língua para ser ensinada aos alunos?
11. Na sua casa, se comunicam em alguma língua para além do português?
12. Se sim, qual?
13. Há quanto tempo a língua umbundu é ensinada na sua escola? (se ensinam)
14. Diga por poucas palavras o que você acha sobre o processo de ensinar umbundu e sobre as escolas do ensino primário implementarem a língua umbundu no seu sistema de ensino.

Durante a pesquisa, obtivemos como resultados conceitos estruturados sobre o ensino de línguas na província de Benguela e identificou-se o estado linguístico atual da província, no que se refere à valorização e o ensino da língua nacional concorrendo com o português como segunda língua. Pelo que foi abordado, são

vários os conceitos que foram apresentados concernente à língua materna no geral e, especificamente em Benguela/Angola.

4.1 A valorização étnico-linguística

Entendemos que a língua nacional falada na província de Benguela reflete uma determinada herança étnico-cultural que caracteriza uma consciência nacional a partir dos elementos nativos e também auxilia nas expressões literárias autônomas dos nacionais. E isto levou-nos a pensar que a não inclusão ou inserção da língua materna nas instituições escolares de Benguela compromete a valorização étnico-linguística que nos referimos nesta pesquisa e, para uma possível solução, destacamos o comentário do **P3** dizendo que,

faz-se necessário que se ensine nas instituições escolares a língua Umbundo, porque ainda é vista como uma língua um pouquinho desprezível, tendo em conta os fatores de colonização. Por tanto, é preciso recorrer ao ensino de base e implementar o ensino desta língua materna, promovê-la e incentiva-la para que se torne uma língua falada e de escolaridade.

Conforme os comentários dos participantes, percebeu-se que a língua nacional falada em Benguela está numa condição perigosa para o seu desaparecimento, principalmente nas comunidades urbanas, como nas instituições escolares, por serem excluídas no processo de ensino e aprendizagem e só ser utilizada em ocasiões específicas no decorrer da ministração da aula pelo professor que domina a língua, segundo nos informa **P2**:

ainda não é valorizada no sistema de ensino angolano. É pouco falada no seio da família principalmente na cidade, já é diferente nos quimbos/kimbos (nome em língua umbundu, que significa interior/mato ou zona rural) fala-se mais umbundu na família e na escola a criança é ensinada a língua portuguesa.

Outras respostas referentes à valorização e importância do uso de umbundu nas escolas, incluem:

Identifica a nossa cultura ovimbundu no planalto central (reino do Bailundo) o nosso governo já está a trabalhar para a implementação no sistema de ensino angolano. (P1)

Seria bom implementarem a língua Umbundu no PEA, para que o aluno se sinta familiarizado, sobretudo nas escolas do interior de Benguela em que o Umbundu, é a língua mais falada, visto que eles têm dificuldades em compreender o português e como consequência têm baixo rendimento. (P2)

Por ser uma língua nacional, além de mostrar a valorização pela nossa cultura, também ajuda-nos a comunicar com os mais velhos e com aqueles que não dominam a língua portuguesa. (P3)

Seria melhor para preparar novos quadros na língua nativa, e a valorização da cultura. A implementação da língua Umbundu nas escolas do Ensino Primário ou no Sistema Educativo, é de grande importância porque facilitará o próprio processo de ensino e resgatará os valores socioculturais. (P4)

Sendo o Umbundo a língua materna é de extrema importância que se inclua no sistema curricular e em todos os níveis de ensino. (P5)

É necessário que se ensine nas instituições escolares a língua Umbundo, porque ainda é vista como uma língua um pouquinho desprezível, tendo em conta os fatores de colonização. Por tanto, é preciso recorrer ao ensino de base e implementar o ensino desta língua materna, promovê-la e incentiva-la para que se torne uma língua falada e de escolaridade (P5)

Seria muito vantajoso para o processo de ensino-aprendizagem que ocorre em zonas periféricas a qual para eles é a sua língua materna e de uso corrente. (P6)

A Língua Umbundo é parte das nossas línguas nacionais e o ensino dela demonstrará a valorização da nossa identidade, ou seja, da nossa cultura. (P7)

A inserção da língua Umbundu na escola, não é recomendado nem proibido. Tudo depende do critério de cada professor em encontrar melhor forma de fazer chegar a informação. De uma forma geral, o sistema de educação angolano tem como língua oficial para a transmissão de conhecimento, o português. Mas todo professor que tiver o domínio de uma língua nativa, tem autorização para lecionar na mesma. (P8)

Falta vontade por parte de quem dirige o Ministério em implementar o Umbundo como uma língua a aprender em nossos currículos. (P9)

Terá muito impacto no processo de ensino e aprendizagem, facilitará a comunicação com as comunidades que pouco falam o português. (P10)

Nesta pesquisa, entendemos que o uso das línguas maternas no contexto escolar não apenas valida o seu valor étnico-linguístico, mas contribuir para os processos de aprendizagem e os diálogos envolvendo as escolas e as comunidades. Neste sentido, a importância da inserção das línguas nacionais no processo de ensino escolar, no qual os nossos entrevistados se referem, podem de

certo modo, criar condições que concorram para o desenvolvimento dos países, cenário que já foi reconhecido recentemente pela União Africana e pela ONU ao decidir a criação da Academia Africana, e em específico Academia Angolana de Letras, anunciada em setembro de 2016⁵. Nessa iniciativa, “apesar do seu reconhecimento, as línguas nacionais estão somente reservadas aos discursos informais, coloquiais e, portanto, relegadas ao plano secundário, língua da classe popular, reservada aos mitos, folclore e religiosidade” (COSSA, 2007, p. 72).

A ideia apresentada por Cossa (2007), mostra que ainda existe restrições concernente a implementação e o uso das línguas bantu na esfera escolar, tanto que, o autor não menciona o uso da língua nacional especificamente em instituições escolares. A generalização implícita que aparece na afirmação do autor, enquadra-se justamente na realidade de Benguela, conforme apresentamos na análise dos dados coletados. No contexto de Benguela e especificamente nas zonas rurais, conforme apontamos acima, o umbundu serve apenas como metodologia de explicação de conteúdos que são ministrados em língua portuguesa, daí surge a necessidade e a importância de incluir a LU nas escolas como parte do currículo institucional para resolver os problemas pedagógicos. Para isso, precisa-se ter o Espírito Bilíngue, conforme salienta Nhampoca (2015, p. 98) referindo-se à realidade moçambicana:

De forma geral, reafirma-se que o Ensino Bilíngue em Moçambique trouxe mais inclusão tanto das línguas como dos sujeitos, seus falantes, pois usar as línguas dos indivíduos na sua educação e na educação de seus filhos, e permitir que esses sujeitos usem suas línguas até no meio formal, como na televisão, no rádio etc., são formas de "dar voz" a essas populações.

4.2 Práticas linguísticas no seio familiar

Segundo os dados coletados por meio das respostas dadas pelos participantes, destacou-se que são raríssimas as instituições de ensino primário em

⁵ A criação da Academia Angolana de Letras, anunciada em setembro, foi saudada pelo presidente de Portugal Marcelo Rebelo de Sousa durante uma entrevista à Rádio ONU, no mesmo mês. A nova academia deve promover o português, o idioma oficial da nação africana, com as demais línguas nacionais angolanas. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2016/10/1567151>

Benguela que visam utilizar a língua nacional como parte do sistema curricular no ensino e aprendizagem de línguas nas fases iniciais de escolarização. Ou seja, as informações obtidas apontam para uma ausência do ensino de língua nacional nas instituições escolares e as famílias, por sua vez, perderam o costume de comunicar-se frequentemente em língua nacional dentro das suas convivências, exceto em ocasiões de celebrações tradicionais.

A título de exemplo, de acordo a algumas experiências vivenciadas por mim e com a maioria dos angolanos, destacamos o uso da língua umbundu nos casamentos tradicionais conhecido também como **alambamentos**, que é um tipo de casamento tradicional em Angola, onde no meio dos familiares do casal delega-se um representante do sexo masculino, com maior idade e considerado experiente nesses tipos de celebrações, que poderá abordar as questões da entrega dos dotes em língua nacional, antes de consagrar o casal como marido e mulher perante os familiares e dentro dos princípios tradicionais; todos esses princípios são citados em língua nacional e em provérbios.

A língua umbundu inserida nesse contexto, reflete muito a tradição oral praticada de forma restrita em famílias alinhadas com a tradição local. Neste sentido, a tradição oral faz parte de um conjunto de costumes e modos de agir verbalmente que integram uma memória discursiva com efeitos concretos sobre o funcionamento de coletividades e subjetividades (SEVERO, 2019), em que o umbundu opera como a língua principal de práticas sociais locais. É um passo dado considerar que esses eventos que ascendem as práticas das línguas nacionais no seio familiar no sul de Angola podem contribuir significativamente na constituição dessas línguas, não só nessas ocasiões oportunas, mas também nas convivências sociais e em instituições escolares:

Tais práticas orais de linguagem existem em relação ao modo de funcionamento de uma dada sociedade e tradição e, portanto, não podem ser universalizadas ou generalizadas. A compreensão das práticas orais exige um conhecimento, por exemplo, sobre os modos de transmissão de saberes em uma dada cultura, sobre os sujeitos que estão mais legitimados para transmitirem os saberes, e sobre as regras que definem o modo de transmissão, de circulação e de recepção dos saberes, discursos e narrativas. Com isso, as tipologias sobre as práticas orais correm o risco de criar uma exotização, cristalização e descontextualização das práticas e dos sujeitos. (SEVERO,2019,p.471)

A ideia colocada por Severo (2019) nos remete a pensar também em outras maneiras de comunicação verbal que têm como base a língua umbundu em diferentes esferas sociais e tradicionais, a exemplo do uso de provérbios em língua umbundu. Partindo deste ponto de vista e, de acordo com Bernardo (2019, p. 115),

os provérbios estabelecem a relação com o indivíduo e com o mundo por meio da língua(gem) e da cultura, veiculam as ideologias dos povos e têm um carácter pedagógico. Além disso, os provérbios constituem a voz do povo e essas interlocuções circulam, em muitas circunstâncias, como advertências ou conselhos que levam à reflexão o destinatário do provérbio.

Assim, as práticas linguísticas nesse contexto, por meio dos provérbios, se encontram ainda vivas. A título de exemplo, seguem alguns provérbios populares em umbundu com suas respectivas traduções em português, que servem como ensinamentos de boas condutas socioculturais, organizados por Malha⁶ (2018):

1. «Camãle calinga eti mbanje, ka calingile eti mopye»: coisa alheia é para ver apenas, não para falar.
Lição moral: Precisa manter o silêncio no que não precisa falar
2. «Ina yukwene, ndaño onima ndopalata, ka lisoki la wove»: mesmo que a mãe do outro brilhe como a prata, jamais substituirá a tua.
Lição moral: Valorize sempre o que é seu sem comparar com o outro
3. «Ka mwinle ongongo ka kolele»: quem não sofreu não amadureceu.
Lição moral: O amadurecimento tem um processo.
4. «Kapiñâlã ka lisoki la mwenle»: substituto é inferior ao dono.
Lição moral: O que é originalmente nosso, não pode ser inferior.
5. «Ocilema vacitaisa, ka vawutola»: que o aleijado nasça na família, não se acolhe de outrem.
Lição moral: Não escolhemos a nossa deficiência
6. «Ocili viso»: verdade é o que for visto.
Lição moral: Aquilo que você não viu não afirme como verdade.
7. «Ombwa ka yiwulila cahenlã»: cão não ladra por algo que passou ontem.
Lição moral: Valorize o hoje.
8. «Otembo ka yilyalya camãle»: aquilo que o tempo tirar, o tempo vai devolver.
Lição moral: Tudo depende do tempo, dependa do tempo.
9. «Soma wakava okuyeva kowiñi, oyongola okuyevelela kongolo»: o Rei fartou-se de ouvir o povo, agora quer conselhos do seu próprio joelho.

⁶ Link de acesso: <https://palavraearte.co.ao/recolha-de-proverbios-umbundu-em-fatussengola-o-homem-do-radio-que-espalhava-duvidas-de-gociante-patissa/>

Lição moral: Não desprezes os conselhos.

10. «U kwendi laye ka kukutila ko epunda»: não te prepara a trouxa quem contigo não viaja.

Lição moral: Nem todos estarão de acordo contigo

Outros rituais incluem algumas celebrações religiosas, geralmente dirigidas pelos católicos, onde apresentam um culto apenas em língua nacional para os mais velhos, nas pequenas catequeses, nas quais são ministradas canções, leituras e pregações em língua umbundu.

Em nossa pesquisa, para os pais e encarregados de educação, no que concerne ao ensino da língua umbundu e comunicação nesta língua, dentro do ciclo familiar, destacou-se que 50% das famílias entrevistadas adotaram o sistema de comunicação bilíngue. Isto é, para além do português como língua oficial de comunicação familiar, também, em certas ocasiões, inclusive as que nos referimos acima, os familiares utilizam a língua umbundu como meio de comunicação. E 50% das famílias utilizam apenas o português como língua única na comunicação familiar, conforme apresentado no gráfico abaixo:

Na sua casa, se comunicam com mais alguma língua para além do português?

10 respostas

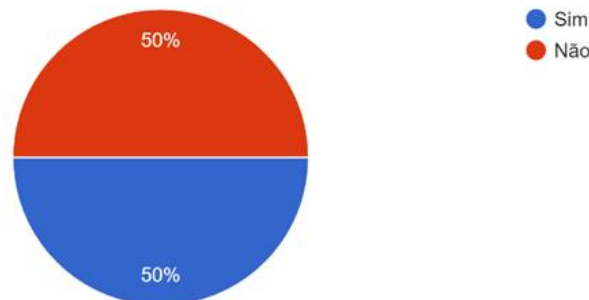


Figura 6. Questão referente ao uso da língua no seio familiar.

As respostas apresentadas acima apontam para uma valorização da realidade multilíngue na província de Benguela, que pode contribuir para desconstruir conceitos de políticas linguísticas mutiladas na colonialidade, que foram utilizadas como instrumentos de dominação e subjugação pelos colonizadores. Mediante a problemática de não se usar a língua umbundu na escola ou no espaço social, especialmente no contexto urbano, parece-nos que são vários

os motivos que levam a isso, que se centram na desvalorização linguística dos nativos.

4.3 Supremacia da presença da LP na escola

Sobre o ensino de línguas nas instituições escolares analisadas, a língua portuguesa representa a porcentagem maior de 70%, (escolas que só ensinam a língua portuguesa); em seguida vem o ensino do português-inglês, com 20% (escolas que ensinam português e inglês como disciplinas curriculares, especificamente nas instituições particulares) e, por último, o ensino de português-umbundu com mínima de 10% (escolas que ensinam o português, e umbundu serve como um método de ensino para que os alunos compreendam os conteúdos ministrados, geralmente nas localidades rurais), como representado no gráfico abaixo:

Sobre o ensino de línguas: quais línguas têm sido ensinadas para os seus alunos/filhos(as) na escola?
10 respostas

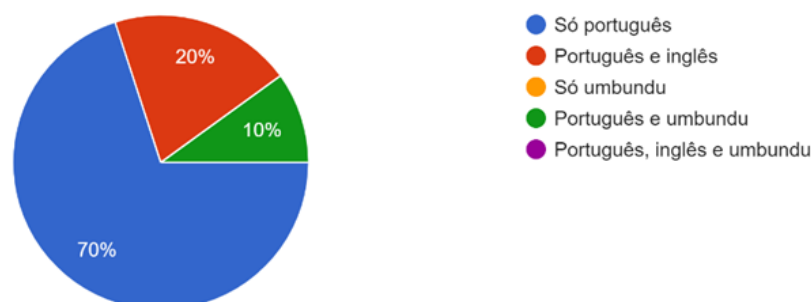


Figura 1 – resposta referente à questão do ensino das línguas nas instituições de Benguela.

Segundo o comentário feito pelo **P2**, ao se evitar o uso da língua umbundu nas escolas, isso leva os professores do ensino primário a encontrarem grandes dificuldades na transmissão do saber. **P2** destaca que,

seria bom implementarem a língua Umbundu no PEA, para que o aluno se sinta familiarizado, sobretudo nas escolas do interior de Benguela em que o Umbundu é a língua mais falada, visto que eles têm dificuldades em compreender o português e como consequência têm baixo rendimento.

Observando a sugestão-resposta do nosso entrevistado, o que se percebe é a falta de obrigatoriedade ou prioridade de ensino segundo a realidade sociocultural nas escolas do ensino primário em Benguela para efetivação de um ensino bilíngue pautado no currículo escolar para uma sociedade multilíngue e inclusão dos povos minoritário na educação e acesso às informações, pois, isto torna o processo de ensino e aprendizagem mais significativo e inclusivo e exalta a valorização das nossas identidades culturais e linguísticas. Este parecer dialoga com o artigo escrito por Chicumba (2013) sobre *a educação bilíngue em Angola e o lugar das línguas nacionais*. Segundo as palavras do autor, o objetivo primordial da educação bilíngue é a integração harmoniosa da sociedade multilíngue; neste contexto, o processo de ensinar torna-se uma necessidade para a comunidade local através da língua materna, que é o principal veículo de transmissão de conhecimentos mundividências, por um lado e, por outro, como forma de capitalizar o interesse pela escolaridade das comunidades de línguas minoritárias e excluídas.

4.4 Conhecimento da língua pelos professores

Identificamos que o não uso da língua umbundu no contexto escolar pode estar ligado ao fato de a maioria dos professores do ensino primário não dominarem a língua nacional ao ponto de ensinarem aos seus alunos, conforme contextualiza o **P2**. O gráfico abaixo apresenta que menos de 30% dos professores entrevistados são os que dominam a língua umbundu.

Nas línguas listadas acima, quais você NÃO domina, nem a escrita e nem a fala?

10 respostas

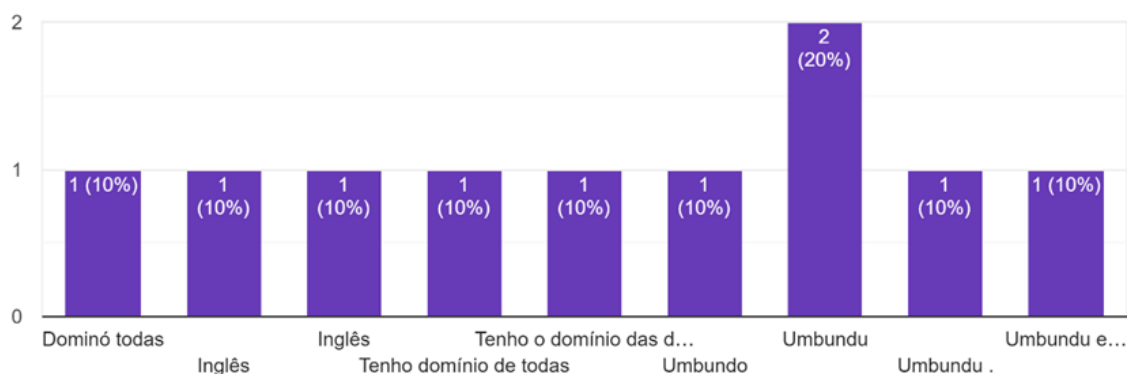


Figura 3. resposta referente a questão do domínio da língua umbundu.

Esses dados revelam que há falta de competência profissional ou proficiência por parte dos docentes deste mesmo nível de ensino, para se acharem capazes de colocarem-se ao desafio da promoção da língua nacional nas suas instituições de ensino. Assim, defendemos que a mudança organizacional a que a escola, enquanto instituição, deverá passar incluir a aquisição de competências que permitam responder aos novos desafios com que os membros das comunidades educativas, e em particular os professores, se confrontam atualmente. Neste contexto, impõe-se a necessidade de desenvolvimento de competências nos domínios científico e pedagógico por parte de todos os professores (SITA, 2019). Isso significa que as políticas linguísticas educacionais devem sensibilizar a comunidade escolar para o respeito e o uso da língua local, uma vez que a educação bilíngue e a valorização da língua materna dos estudantes é um importante instrumento de valorização e transmissão de saberes.

Sobre a importância do ensino de LM, segundo o relatório mundial de monitoramento da educação, publicado em fevereiro de 2016 pela UNESCO, 40% da população no mundo não recebe educação em sua língua nativa. Por esse motivo, a UNESCO aconselha que, “para reduzir gargalos no aprendizado, as crianças tenham ao menos seis anos de instrução em sua língua materna. O desafio é maior em regiões de grande diversidade linguística, como a África Subsaariana, a Ásia e o Pacífico.” (UNIP, 2016). Com base a isso, destacamos um dos problemas respondido pelo P2 na questão 14 com relação à importância do ensino da língua materna nas escolas do ensino primário na província de Benguela. O P2 responde que

Seria bom implementarem a língua umbundu no PEA (processo de ensino-aprendizagem), para que o aluno se sinta familiarizado, sobretudo nas escolas do interior de Benguela em que o Umbundu, é a língua mais falada, visto que eles têm dificuldades em compreender o português e como consequência têm baixo rendimento.

Ainda sobre as pessoas entrevistadas, 100% delas trabalham numa instituição que não ensina a língua umbundu como disciplina do currículo das suas escolas, conforme mostra o gráfico abaixo:

Na escola onde trabalhas ou onde o teu filho(a) estuda, lecionam a língua umbundu?
10 respostas

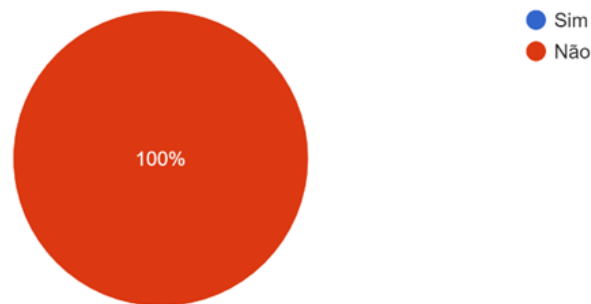


Figura 4. Resposta referente a presença do umbundu nas instituições de ensino em Benguela.

Para esta questão, apenas 40% dos entrevistados puderam responder ou identificar os motivos da ausência do umbundu no ensino das escolas, e 60% não conseguiram responder à questão, supondo que seja por falta de algum conhecimento prévio do ensino da língua.

Se não, saberias dizer os motivos por não lecionarem?
10 respostas

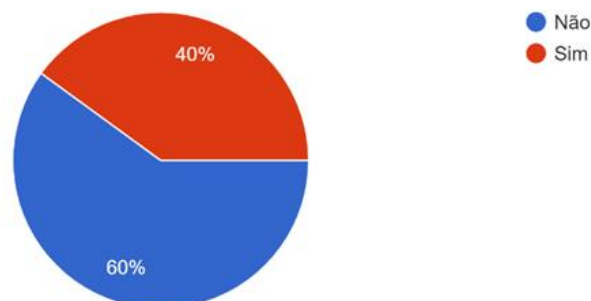


Figura 5. Questão referente aos motivos de não lecionarem a língua umbundu nas instituições escolares de Benguela.

4.5 Motivos que levam os professores ao não uso do Umbundu no contexto escolar

Sobre os motivos que levam os professores ao não uso do umbundu no contexto escolar, os participantes mencionam a pouca valorização, o pouco uso, o desconhecimento por parte dos professores, a ausência da disciplina no currículo e a falta de preparo dos docentes, conforme ilustram os excertos abaixo:

*Ainda não é valorizada no sistema de ensino angolano. É pouco falada no seio da família principalmente na cidade, já é diferente nos **quimbos/kimbos** (nome em língua umbundu, que significa interior/mato ou zona rural) fala-se mais umbundu na família e na escola a criança é ensinada a língua portuguesa.(P1)*

Um dos motivos é a não implementação da língua Umbundu nas escolas de formação de professor, o que leva os professores do Ensino Primário encontrarem grande problema na transmissão do saber. (P2)

Porque eles já dominam e falam a língua Umbundo. (P3)

Não faz parte do currículo. (P4)

Falta de professores preparados para este ensino. (P5)

4.6 Mapa do plano de estudo do ensino primário

No decorrer da coleta desses dados, também realizamos uma entrevista pessoal através do whatsapp com a professora **AD1**, sobre o mapa do plano de estudo do ensino primário na província de Benguela, concretamente no município do Lobito na zona alta da cidade. A título de curiosidade, esta cidade integra-se na região administrativa de Benguela e situa-se no oeste de Angola e banhada pelo oceano atlântico. É a terceira maior cidade de Angola com 436 467 de habitantes até 2018. O nome é de origem umbundu ‘*olupito*’ passou para o nome Lobito durante o período colonial após a imposição da língua portuguesa como língua única para nomeação e comunicação e que significa passagem. Antes, o município servia de passagem para os comerciantes chegarem até a comuna da Catumbela. No mapa constam as disciplinas que atualmente são ensinadas desde a fase da iniciação ou pré-escolar até a sexta classe, que é a última fase do ensino primário.

Na fase pré-escolar as crianças estudam 5 disciplinas, da 1ª até a 4ª classe as crianças estudam também 5 disciplinas, sendo uma disciplina por dia letivo da semana, e da 5ª a 6ª classe, as crianças estudam 8 disciplinas, como ilustrado no quadro abaixo:

Tabela 4 - Fase pré-escolar

Nº	Disciplinas	Horário Semanal
1	Comunicação Linguística Literária e Infantil	4

2	Representação Matemática	4
3	Meio Físico Social	4
4	Expressão Manual e Plástica	4
5	Expressão Musical	4

Tabela 5 - Fase da 1ª a 4ª Classe

Nº	Disciplinas	Horário Semanal
1	Língua Portuguesa	4
2	Matemática	4
3	Estudo do Meio	4
4	Educação Musical	4
5	Educação Manual Plástica	4

Tabela 6 - Fase da 5ª a 6ª Classe

Nº	Disciplinas	Horário Semanal
1	Língua Portuguesa	5
2	Matemática	7
3	Ciência da Natureza	4
4	História	2
5	Geografia	2
6	Ed. Moral e Cívica	2
7	Ed. Musical	1
8	Ed. Manual Plástica	2

Fonte: Elaboração Própria

A seguir, comparamos este quadro das disciplinas referentes ao contexto analisado com o quadro de disciplinas proposto pelo *Projeto Inovação no Ensino da Leitura em Angola* (P.I.E.L., Angola) citado por SITA (2019) para o Ensino Primário.

Segundo o artigo publicado pelo Departamento de Línguas e Literaturas Africanas do Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED) de Luanda, este projeto está sendo aplicado em 7 zonas linguísticas do país, onde são faladas as 7 línguas nacionais cujos alfabetos foram devidamente estudados pelo Instituto de Línguas Nacionais e aprovados a título provisório pelo Conselho de Ministros em 1987. A sua missão ainda centra-se na elevação das capacidades intelectuais e científicas dos falantes das línguas africanas, bem como na produção de conhecimentos científicos sobre e em línguas africanas através do ensino e da investigação das línguas e das literaturas africanas de Angola e não só (ISCED, DLLA, 2013). Definiu-se pelo mesmo projeto, após a reforma educativa em Angola, um conjunto de 11 disciplinas consideradas fundamentais para o desenvolvimento harmonioso e multifacetado das crianças, distribuídas em função do nível de escolaridade. Nas 4 primeiras classes existem 7 disciplinas com carga horária semanal uniforme de 24 tempos de 45 minutos cada. Nas duas últimas classes existem 11 disciplinas com uma carga horária semanal uniforme de 29 tempos letivos de 45 minutos cada (Quadro 1). (SITA, 2019, p. 11)

Quadro 1 - Mapa do plano de estudos no Ensino Primário

Nº	Disciplinas Classes	Horário Semanal					
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª
01	Língua Nacional	5	5	5	5	3	3
02	Língua Portuguesa	4	4	4	4	5	5
03	Matemática	7	7	7	7	6	6
04	Estudo do Meio	3	3	3	3	-	-
05	Ciências da Natureza	-	-	-	-	4	4
06	História	-	-	-	-	2	2
07	Geografia	-	-	-	-	2	2
08	Educação Moral e Cívica	-	-	-	-	2	2
09	Educação Manual e Plástica	2	2	2	2	2	2
10	Educação Musical	1	1	1	1	1	1
11	Educação Física	2	2	2	2	2	2
	Total 11	24	24	24	24	29	29

Fonte: Elaborado por Francisco Sita, 2019.

Esses são os dados apresentados e elaborados por Sita (2019). Pelo que se mostra no quadro, há uma suposição com relação à inserção da língua nacional no mapa do plano de estudos do ensino primário, proposto de forma provisória pelo

Ministério da Educação, porém sem ser cumprido, que surgiu como pioneiro no ensino e investigação de línguas e literaturas africanas em Angola em 2004. Esse mapa pode ter como fundamento a *Lei de Bases do Sistema de Educação* de Angola de 2001, atualizado em 2016 e revogada pela Lei 32/20, propriamente no art.16º no terceiro parágrafo, onde diz sobre “língua de ensino” na educação dos angolanos, como citado abaixo:

3. Sem prejuízo do previsto no nº 1 do presente artigo, e como complemento e instrumento de aprendizagem, podem ser utilizadas línguas de Angola nos diferentes subsistemas de ensino, nos termos a regulamentar em diploma próprio.

Já Nsiangengo e Emanuel (2013), nos seus escritos sobre *Currículo do Ensino Primário e desafios da monodocência no contexto do ensino de base de Angola*, esclarecem que o atual mapa do plano do ensino primário em Angola surge através da nova Reforma do Sistema Educativo implementada a partir de 2004, onde o Ensino Primário (1º Nível) passou de quatro a seis classes e, conseqüentemente, a monodocência passou também de quatro a seis classes. Neste sentido, a monodocência se refere ao período em que um só professor é responsável por lecionar todas as disciplinas da 1ª à 6ª classe. Isto porque na história do ensino primário em Angola, o primeiro nível era apenas de quatro anos (1ª a 4ª classe) até 2001, depois da Reforma Educativa, passou de um a seis anos (1ª à 6ª classe). Houve, também, alteração no currículo de formação de professores para este mesmo nível de ensino. A partir disso, todas as instituições de magistério primário começaram a formar professores monodocentes, isto é, professores capazes de lecionar desde o nível pré-escolar ao último nível do ensino primário.

Nesta prática educativa monodocente, é atribuído a um professor um grupo de alunos que estarão sob sua responsabilidade até as fases finais do ensino básico. O facto deste professor estar em permanente contacto com os alunos faz com que tenha a possibilidade de os conhecer muito bem, permitindo-lhe coordenar e adequar o ensino em função das suas necessidades. Mas, a monodocência, para ser eficaz, exige continuidade pedagógica, ou seja, exige que o mesmo grupo de alunos progrida com o mesmo professor ao longo da escolaridade das aprendizagens básicas, conforme sugerido por Silva (2005):

Um traço característico da monodocência é a polivalência curricular do professor. Contudo, dada a heterogeneidade na capacidade, empenho e motivação do corpo docente, uma aposta deliberada na continuidade pode ser prejudicial para as crianças a cargo de professores menos capazes, empenhados ou mesmo motivados. Tal facto não desvaloriza a necessidade da continuidade educativa, mas suscita o problema da garantia da qualidade da mesma. Coloca ainda em causa a eficácia da monodocência integral, quando sabemos que, hoje em dia, as solicitações do mundo exterior são tão complexas e diversificadas, que inviabilizam uma resposta adequada a todos os níveis sem que para isso haja um apoio especializado. São inegáveis os apelos e os estímulos que assolam em catadupa a sociedade da informação, para os quais são precisas respostas organizadas e especializadas em idades cada vez mais precoces. Surgem, assim, áreas que começam a ter visibilidade no 1CEB, como os apoios a alunos com necessidades educativas especiais, ou o trabalho especializado ao nível das expressões. Mas outras áreas se perfilam com as mesmas necessidades de especialização, como as ciências e as tecnologias ou as próprias línguas (materna e estrangeiras), para as quais não existe ainda uma resposta eficaz. (SILVA, 2005, p. 4)

Nos quadros apresentados anteriormente pelos autores, referente às disciplinas, apenas Sita (2019) mostra uma suposta inserção das línguas nacionais no sistema de ensino primário de Angola, que tem como base a proposta do Projeto Inovação no Ensino da Leitura em Angola (P.I.E.L., Angola). Segundo os dados coletados nas escolas de Benguela, fornecidos pelos professores, a inserção da língua nacional refere-se apenas ao uso da língua nas instituições escolares para facilitar a compreensão e assimilação dos conteúdos programáticos dos professores para os alunos. Para fundamentar mais ainda essa teoria, destacamos a resposta do renomado professor **DNg8** com relação à realidade de ensino na instituição onde o mesmo leciona. As palavras do professor foram as seguintes:

a inserção da língua Umbundu na escola onde trabalho não é recomendada e nem proibida. Tudo depende do critério de cada professor em encontrar melhor forma de fazer chegar a informação. De uma forma geral, o sistema de educação angolano tem como língua oficial para a transmissão de conhecimento o português. Mas, todo professor que tiver o domínio de uma língua nativa tem autorização para lecionar a mesma.

Ou seja, para o professor **DNg8**, o ensino de língua neste município é de carácter individual, é para professores que dominam a língua umbundu e sabem como aplica-la para explicar ao aluno as aulas que estão sendo ministradas, ou serve para veicular o ensino que é transmitido em língua oficial portuguesa.

4.7 Sobre os materiais didáticos

Para os materiais didáticos que nos propusemos a analisar nesta pesquisa, estabelecemos os seguintes critérios: inclusão ou não das línguas nacionais nos textos, variação linguística, translinguagem, gênero textuais, conceito da língua e outros elementos adicionais. No quadro abaixo sistematizamos os resultados encontrados em nossas análises, fazendo menção aos livros analisados e aos exemplos encontrados.

LP 5ª classe; EMC 5ª classe e EM da 3ª e 4ª classe				
Línguas nacionais	Variação linguística	Translinguagem	Conceito da língua	Informações gerais
Há presença da língua umbundu no manual de educação moral e cívica por meio de uma canção. (p.117). Nesta mesma página, o livro apresenta assuntos sobre como construir um mundo melhor para se viver em língua umbundu, porém apresenta alguns erros ortográficos da língua, que mostra pouco conhecimento de escrita do umbundu pelo autor do texto.	Não há menção a um fenômeno de variação linguística.	No livro de Educação Moral e Cívica (EMC) da 5ª classe, (p. 117), há o uso das duas línguas num só texto, com frases em umbundu e português simultaneamente.	O livro de língua portuguesa (LP, p. 14), cita apenas as línguas nacionais, classificando-as como as mais importantes em todo território nacional. Contudo, não menciona em que consiste sua importância ou qual é papel dessas línguas na sociedade angolana. Os demais livros não mencionam nada a respeito do conceito das línguas nacionais de/em Angola.	De uma forma geral, o livro de educação musical (EM) ensina apenas os elementos fundamentais da música, como ritmo, melodia, compasso, etc, e algumas músicas infantis descritas em português. Nenhuma música é apresentada em língua umbundu, embora em algumas apareçam palavras em línguas nacionais kimbundu, como: “maboque, malolo e ginguenga”, que são nomes de frutas locais.

Fonte: Elaboração própria

4.8 Discussão

Sobre a valorização das línguas nacionais na esfera escolar, conforme já visto, a Constituição da República de Angola (2010) prevê que,

1. O ensino deve ser ministrado em português.

2. O Estado promove e assegura as condições humanas, científico-técnicas materiais e financeiras para a expansão e generalização da utilização no ensino, das demais línguas de Angola, bem como da linguagem gestual para indivíduos com deficiências auditivas. (Art. 16, Língua e Ensino)

Partindo desse pressuposto, podemos considerar que existem motivos para promover a comunicação em língua nacional, na convivência social, e o ensino do umbundu nas instituições escolares, pois, apesar de o ensino ser ministrado em língua portuguesa, não é descartada a possibilidade de transmitir o ensino bilíngue (no caso de ensinar recorrentemente o português e o umbundu) no seio familiar e nas escolas. Para que isso aconteça, precisa-se, de um certo modo, apelar aos pais ou encarregados de educação através de qualquer meio de transmissão e comunicação social a não evitar ou inibirem-se ao comunicar-se em línguas nacionais nos seus convívios familiares, pois é a partir desses ambientes que a criança começa a ter o primeiro contato com sua primeira língua de aquisição. Na sequência, o professor, como instrutor ou orientador de conhecimentos para os alunos, precisará ser capaz de ajudar os alunos a valorizarem a sua língua local e desenvolverem capacidades comunicativas tanto na sua primeira língua como na sua segunda língua.

As respostas apresentadas pelos entrevistados mostram que não existe o incentivo e a promoção pelo Estado das línguas nacionais, não só na província de Benguela, mas também nas demais províncias do país. Supomos que esta problemática ocorre por dois motivos:

O primeiro motivo seria por não existir nas escolas formação de professores para o ensino primário (Ensino médio em Magistério Primário e Ensino superior em pedagogia para o ensino secundário e geral) uma disciplina curricular com objetivo de capacitar os futuros professores que possam ser pedagogicamente proficientes na língua a ser ensinada, conforme existe em outras disciplinas, como língua portuguesa e suas metodologias, matemática e suas metodologias e ciências e suas metodologias, etc. O que destacamos no decorrer da pesquisa como um ponto relevante com relação às línguas nacionais é a implementação do curso de licenciatura em Línguas e Literaturas em Línguas Angolanas (Bantu) na Universidade Agostinho Neto (UAN). Talvez entre as poucas exceções, esta seria uma iniciativa capaz de revolucionar o ensino de línguas locais em todos os níveis de ensino.

O segundo motivo seria a falta de investimento em programas bilíngue por parte do Ministério da Educação com relação: à promoção das línguas nacionais, por meio dos materiais didáticos, por exemplo, que são livros que auxiliam o professor na aprendizagem dos alunos; ao estabelecimento de políticas linguísticas relacionadas ao ensino dessas línguas em todas as instituições do ensino básico; à integralização no currículo educacional das línguas nacionais como parte das disciplinas obrigatórias, tanto no ensino básico como no ensino de formação de professores para este nível de ensino. Colocando essas iniciativas em práticas e não apenas em documentos, estaríamos, de certo modo, a priorizar a qualidade, igualdade e aprendizagem ao longo da vida para todos, e essencialmente estimular o respeito pleno pelo uso da língua materna no ensino e na aprendizagem, assim como promover a diversidade linguística, conforme salienta a diretora-geral da UNESCO, Irina Bokova, sobre a educação global, no relatório mundial de monitoramento da educação lançado pela UNESCO em fevereiro de 2016.

Pelo que podemos observar nos dados coletados, não há nas escolas de formação de professores para o ensino primário uma inclusão das línguas nacionais como parte das disciplinas curriculares no sistema de ensino. Neste caso, surge uma grande preocupação com o ensino e aprendizagem da língua e cultura umbundu no Ensino Primário em Benguela. As problemáticas levantadas aqui apontam para a necessidade de um viés cultural e intercultural no currículo do sistema educacional que abrange todo território nacional, destacando a situação linguística no território de Benguela. O que parece é que os órgãos competentes, que poderiam incentivar uma valorização multilíngue, tanto na comunicação social como nas instituições de ensino a nível nacional, deixaram de lado as leis que supostamente sustentam essa aplicabilidade. Sita aponta que

Fez-se um Anteprojeto Lei sobre o Estatuto das Línguas Nacionais que se remeteu a quem de direito para aprovação, mas que até à presente data não o aprova para sua posterior aplicabilidade. Embora a língua portuguesa tenha sido, em certa altura, importante para a edificação da unidade nacional, a realidade atual do país demonstra que tal unidade também pode ser construída na diversidade, ou seja, o reconhecimento das línguas nacionais não pode ser visto como um impedimento para o desenvolvimento de programas e ações educacionais que incluam essa mesma diversidade. (SITA, 2019, p. 35)

Nota-se, nesta colocação, que existe um projeto Lei no qual poderia se assentar a valorização das línguas nacionais, porém, a realidade apresentada pelos nossos entrevistados mostra algo diferente, referente à condição social na província de Benguela. Neste caso, devemos considerar o papel da escola como agente promotor de valores sociolinguísticos na convivência intercultural, da tolerância, do diálogo e da solidariedade entre populações de diferentes etnias.

Ora, a aprendizagem da língua umbundu vai começar a fazer-se utilizando-se essa mesma língua. E é o que ouvimos e como ouvimos, o que dizemos e como dizemos, o que lemos e como lemos, o que escrevemos e como escrevemos que a possibilitarão. Se acrescentarmos *os ondes*, *os porquês* e *os para quês* na formação dos estudantes, estaremos a ver a extensão da responsabilidade da escola nestas aprendizagens (FERRAZ, 2006, p.23, adaptação nossa, apud SITA, 2019, p. 36). Por fim, retomando os objetivos e as perguntas levantadas nesta pesquisa, podemos sistematizar os resultados da seguinte maneira:

1) Como escolas locais de Benguela incluem (ou não) a língua umbundo na prática escolar?

Com base nos conceitos analisados e os dados coletados, conseguimos entender que a inclusão do umbundu na prática escolar nas instituições locais de Benguela é um projeto que foi idealizado e documentado, conforme previsto na Lei de Base nº 32/20 do Sistema de Educação e Ensino, porém, não institucionalizado, ou não se achou em vigor dentro do currículo de ensino na realidade de Benguela. O que se destacou é apenas uma inclusão parcial e individualizada da língua em questão que, segundo as palavras do professor David Ngandu (um dos entrevistados), essa maneira de incluir a língua umbundu no sistema de ensino é considerada como uma metodologia para fazer chegar a informação aos alunos com dificuldade de compreensão do português. Neste sentido, os professores do ensino básico só consideram necessária a utilização do umbundu quando existir um problema de compreensão e apreensão dos conteúdos ministrados em língua portuguesa para os alunos, fora isso, não existe a comunicação em umbundu na sala de aula.

2) Quais os fatores que interferem no uso efetivo da língua umbundu nas escolas analisadas?

De uma maneira mais específica, poderíamos dizer que, na província de Benguela, ainda existe aquilo que chamamos hoje de preconceito linguístico, que foi criado desde o tempo colonial pelos portugueses quando proibiram os moradores locais de se comunicarem em suas línguas nativas para implementarem a língua portuguesa como a única para comunicação e ensino, que assim sucedeu. Partindo desse pressuposto, entendemos que os fatores que interferem no uso efetivo da língua umbundu nas escolas analisadas nesta pesquisa têm um viés histórico, partindo de uma ideia colonial que foi imposto e que, segundo as análises dos resultados obtidos, ainda perdura. Como consequência disso, as instituições escolares de Benguela estranham colocar uma língua que foi considerada por muito tempo a língua de analfabetos, iletrados, burros e outros adjetivos pejorativos para classificar os usuários da língua. Até nos dias atuais, os moradores dos *kimbos* (das zonas rurais) têm sido vítimas desses tipos de preconceitos, por serem indivíduos que mostram ainda uma certa resistência linguística, conservando a língua umbundu como veículo principal nos seus meios de comunicações e algumas vezes considerados pessoas com pouco conhecimento linguístico por não dominarem a norma culta do português falado e escrito, pessoas que falam mal a língua portuguesa com relação às pessoas que moram nas cidades ou zonas mais urbanizadas. Pelo que os resultados mostram, acredita-se que esses fatores são as consequências de uma tentativa de extermínio da língua umbundu nos moradores de Benguela.

3) Quais línguas e como elas são ensinadas no contexto educacional de Benguela?

No contexto educacional de Benguela, destacam-se duas principais línguas, o português e umbundu. O português é a língua principal da maioria dos habitantes locais, e até mesmo a primeira língua de muitos, é oficial e frequentemente usada nas escolas, meio de transmissão de informações, notícias e conversas cotidianas. Já o umbundu é a segunda língua de muitos e a primeira da minoria, isto porque raramente encontra-se um morador local a assumir o umbundu como a sua primeira língua, raramente é usada nas escolas, algumas vezes é usada nos programas de

rádio, nas televisões, em algumas igrejas e em algumas circunstâncias nos comícios políticos que são realizados nas zonas rurais. Esta inversão dá-se pelo fato de que muitos moradores adquiriram primeiramente a língua portuguesa e posteriormente tiveram o contato com a língua umbundu através dos mais velhos, das canções religiosas e seculares, etc. Outras línguas nacionais encontradas na província pertencem aos povos vizinhos, como o kimbundo, nhaneka-humbi, cokwé e suas variantes. Entretanto, no ensino, a língua portuguesa é de extrema prioridade para ser ensinada, em seguida vêm as outras línguas estrangeiras, como o inglês e o francês, a língua Umbundu serve apenas para fazer entender os conteúdos ministrados em língua portuguesa para crianças que não dominam o português.

4) Qual é a importância das línguas nacionais para o processo escolar?

Em torno de tudo isso, vale lembrar que as línguas nacionais integram identidades étnicas, em sociedades multiétnicas. Não existe sociedade sem identidade etnolinguística. A sua importância no processo de ensino aprendizagem seria irrevogável. Com isso, destacamos como relevante o comentário feito pelo **P4** da nossa pesquisa referente a esta importância: *A implementação da língua Umbundu nas escolas do Ensino Primário ou no Sistema Educativo, é de grande importância porque facilitará o próprio processo de ensino e resgatará os valores socioculturais.* Não obstante, a importância das línguas nacionais para o processo escolar pressupõe a valorização das culturas e a promoção delas na sociedade local e afora.

CONCLUSÕES

Tendo em conta o tema que nos propusemos a estudar para a concretização deste trabalho e mediante as reflexões que foram feitas em torno dos resultados obtidos, várias outras questões referentes ao assunto vieram à tona, como a questão da política educacional em Benguela voltada a uma crítica da Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, ou seja: Por que o desaparecimento da língua nacional em Benguela, sendo que, a promoção das línguas nacionais já está prevista nesta Lei e pautada no Diário da República? Seria muito interessante aprofundarmos mais ainda essas questões, pontuando os fatores que foram a causa

principal da desvalorização e a não inserção do umbundu no sistema de ensino, que começou na época colonial e que vigora até hoje. Porém, atendendo à especificidade e a delimitação deste tema, refletimos apenas sobre os assuntos relacionados ao processo de ensino-aprendizagem e a valorização da língua nacional umbundu em uma esfera educacional em Benguela. Podemos concluir que os problemas encontrados, no que concerne ao ensino das línguas nacionais no processo escolar de Benguela, relevam a emergência das práticas educativas voltadas ao ensino destas línguas, principalmente nos materiais educativos que devem ser de caráter de ensino bilíngue.

O relatório publicado pela UNESCO (2016) diz que, “40% da população no mundo não recebe educação em sua língua nativa.” Acreditamos que essa afirmação teve como fonte os países que foram colonizados, principalmente os países que fazem parte do continente africano. É o caso de Angola, por exemplo, que é um país com mais de 20 línguas nacionais e nenhuma é oficialmente ensinada nas escolas como disciplina curricular obrigatória.

Neste trabalho, tratamos, sobretudo, das condições da língua umbundu hoje, como ela foi menosprezada e excluída do ensino ao longo dos anos, e direcionamos também o nosso olhar ao ponto de vista sincrônico e diacrônico da língua em questão. Estudamos os fatores que levaram a língua a ser discriminada e rejeitada por muito tempo, e entendemos que esses fatores fazem referência ao preconceito linguístico sofrido pelos moradores locais no tempo colonial e, como consequência, vivenciamos desigualdades sociais, desigualdade no ensino e na aprendizagem e a desvalorização da língua nas instituições de ensino.

Além disso, vale salientar também que o presente trabalho é o resultado de um desejo ardente de conhecer mais sobre o processo de ensino-aprendizagem através das línguas nacionais no sistema de educação básica; sobre políticas linguísticas e suas aplicabilidades nas instituições escolares de Angola, especificamente na província de Benguela, que teve como objeto de estudo a língua umbundu e a língua portuguesa. E eu, como sujeito pertencente a esta realidade linguística, nesta localidade, achei muito interessante abordar o ensino de línguas no sul de Angola, em uma esfera educacional em Benguela, que é o tema central desta pesquisa. Para a concretização deste desejo, tive contato com várias outras obras e realidades de comunicação bilíngue, que tratam do assunto relacionado a

esta temática, que permitiram também que a parte teórica do projeto fosse realizada, além das entrevistas que foram feitas no modo virtual.

A pretensão deste trabalho é fazer conhecido os assuntos que foram analisados e abordados aqui, através de apresentações nos programas acadêmicos e por meio de publicação em jornais ou revistas acadêmicas em forma de artigo científico se possível. Não descarto a possibilidade de aprofundar a pesquisa no curso de pós-graduação em políticas linguísticas. Há, ainda, vários outros assuntos que precisam ser abordados com mais profundidade, o que irá requerer mais recolhas de alguns dados.

Como já frisamos acima, buscaremos aprofundar os fatores que foram a causa principal da desvalorização e a não inserção do umbundu no sistema de ensino em Benguela, ou até mesmo compreender melhor a condição atual da província concernente ao fator ensino, educação, línguas, convivência familiar e outros assuntos relacionados aos objetivos gerais e específicos da pesquisa, conforme constatamos nos resultados. Porém, faltaria mais tempo para concretizar esta perspectiva, como por exemplo, uma visita de campo na cidade e nas aldeias (zonas rurais) de Benguela, onde o trabalho mais se desdobra, conversando pessoalmente com alguns indivíduos residentes no local. Acreditamos que, fazendo isso, este trabalho trará uma excelente contribuição, mostrando realidades concretas para se pensar na ascensão dos valores étnico-linguístico, não só na região de Benguela, mas também em todo território nacional de Angola.

REFERÊNCIAS

ANGOLA. Lei no. 32/20. Lei que altera a Lei No. 17/16, de 07 de Outubro – Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Luanda, Diário da República, 2020.

_____. *Constituição da República*. Luanda: Imprensa Nacional, 2010.

_____. *Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino*. Luanda: Imprensa Nacional, 2020.

BERNARDO, E. P. J. *Política linguística para o ensino bilíngue em Angola*. 177f. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis, 2018.

GARCÍA, Ofelia. *Bilingual education in the 21st century: A global perspective*. Malden, MA: Wiley-Blackwell. 2009

LUCENA, M. I. P. (2021). O papel da translinguagem na Linguística Aplicada (in)disciplinar. *Revista Da Anpoll*, 52(2), 25–43. <https://doi.org/10.18309/ranpoll.v52i2.1565> acessado em 13/07/2022.

MAKONI, Sinfre, MEINHOF, Ulrike; *Linguística Aplicada na África: desconstruindo a noção de “língua”*. LOPES, Luiz P. da Moita, (org.) 2016.

MENEZES, B. K. *Harmonização Da Grafia Toponímica Do Município De Benguela*. Março, 2015.

MANUEL, Félix Chinjengue Matias; *Aspetos Do Português Falado Em Benguela*. 2015

PATATAS, T. A.; QUINTAS, J. Em Angola o ensino bilingue pode contribuir para a educação e manutenção da paz nacional. In *REVISTA TRANSVERSOS*, n. 15, 2019, p. 14-30. doi 10.12957/transversos.2019.41839.

SEVERO C., SITO E B., & PEDRO J. *Estão as Línguas Nacionais em perigo?* Lisboa: Escolar Editora. 2014

SEVERO, C. G.; SASSUCO, D.; BERNARDO, E. P. J. . Português e Línguas Bantu na educação angolana: da diversidade como ‘problema’. *LÍNGUA E INSTRUMENTOS LINGUÍSTICOS*, v. 43, p. 290-307, 2019.

SITA, Francisco. *A Língua Umbundu no Ensino Primário em Angola: uma abordagem ecológico do currículo escolar*. 2019

UNIC, Rio. UNESCO: Cerca de 40% da população mundial não recebe educação em sua língua nativa. Março/2016. Disponível em: < <https://unicrio.org.br/unesco-cerca-de-40-da-populacao-mundial-nao-recebe-educacao-em-lingua-nativa/> > acessado em 10 de junho 2022.

CHICUMBA, M. S. A educação bilíngue em Angola e o lugar das línguas nacionais. IV Colóquio Internacional de Doutorandos/as do CES, 6-7 dezembro 2013, Cabo dos Trabalhos. p. 1-10.

COSSA, L. E. Línguas Nacionais no Sistema de Ensino para o Desenvolvimento da Educação em Moçambique. Dissertação de Mestrado, p. 1-178, UERGS, 2007.

NHAMPOCA, E. Ch. Ensino Bilingue em Moçambique: introdução e percursos. p. 82-100, v. 16 n. 2: Políticas Linguísticas, UFSC, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-8420.2015v16n2p82>